

**FACULDADE LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ARIANA JUSTINO TELES

**ANALISAR OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO CRAS I DE BREJO
SANTO- CE SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS**

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2011

ARIANA JUSTINO TELES

**ANALISAR OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO CRAS I DE BREJO
SANTO- CE SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS**

Monografia submetida à avaliação da banca examinadora da Faculdade Leão Sampaio como parte das exigências acadêmicas para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social sob a orientação da professora Cecília Bezerra Leite

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2011

ARIANA JUSTINO TELES

**ANALISAR OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO CRAS I DE BREJO
SANTO- CE SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS**

Monografia submetida à avaliação da banca examinadora da Faculdade Leão Sampaio como parte das exigências acadêmicas para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social sob a orientação da professora Cecília Bezerra Leite.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Esp. Cecília Bezerra Leite
Orientadora

Prof^ª. Ms. Sheyla Alves Dias

Prof^ª. Esp. Maria Geiza Rodrigues Feijó

Dedico...

A Deus criador do universo, autor da minha vida, que esteve presente em todos os momentos, que me deu a oportunidade de iniciar este curso e força para concluí-lo. Tenho certeza que sem ele eu não estaria escrevendo estas palavras de agradecimento. Aos meus pais, José Welligton e Maria de Fátima, pelo incentivo, dedicação e empenho demonstrado durante todas as etapas da minha vida. Sem eles eu não conseguiria realizar meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A minha família que procurou sempre estar presente nesta trajetória, apoiando-me e depositando toda a confiança necessária, por acreditar em meu potencial, me incentivando ao término dessa graduação.

As minhas irmãs, Alacyr e Akyria, pessoas que representam para mim a união nos momentos importantes e colaboraram com a finalização desse projeto de vida, de diferentes formas, acreditando que esta conquista seria de fato concretizada.

Aos meus avôs, Pedro e Josefa que representam para mim um exemplo de coragem, amor, determinação e perseverança. E que sempre demonstraram orgulho e alegria dessa nova fase da minha vida.

As minhas sobrinhas, Isabel, Isadora e Iasmim, pessoas importantes no conjunto que cerca a minha vida.

Ao meu namorado e amigo Robério, que sempre permaneceu ao meu lado em todos os momentos, dizendo sempre que posso tudo que realmente quero e sou capaz de fazer tudo aquilo que desejo, pois acredita na minha capacidade. A Sua presença tornou mais fácil a realização desse sonho.

A turma 149-8 por estar vivenciando comigo todos os desafios presentes na vida acadêmica, porém superamos cada um deles com muita determinação, e agora só resta comemorar e agradecer. Em especial a Leidiane, Luciana, Monica e Sabrina por estarem sempre dispostas a me ajudar no que fosse preciso, compartilhando comigo momentos alegres, tristes, mas que se fizeram presentes, tornando-se nesta caminhada amigas para toda a vida.

Aos professores que através dos seus conhecimentos, paciência, dedicação, me fizeram bacharel do curso de Serviço Social, com uma rica bagagem teórica, prática e acima de tudo humana. Agradeço em especial a Maridiana, Naedja, Pautilha, Sheyla, Márcia e Cristovão.

A minha orientadora Cecília Leite que me ajudou muito na construção desta monografia, aprendi com ela que os erros são caminhos para grandes realizações.

A faculdade Leão Sampaio, representada pelos coordenadores (as), professores e alunos, razão da realização desse curso.

Aos funcionários da faculdade pela atenção dispensada, em especial a seu Juvêncio, Francisca, Francyris e Idênia, que sempre me acolheram com alegria.

A Fátima coordenadora do CRAS 1 de Brejo Santo e a assistente social Fernanda, e todos os usuários que se dispuseram a colaborar com a minha pesquisa.

Obrigado a todos que me ajudaram direta ou indiretamente.

RESUMO

Este trabalho apresenta como título “Analisar os serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Brejo Santo-CE segundo a percepção dos usuários”. Este tema surgiu diante da importância da implantação deste equipamento para as famílias brasileiras, no sentido de prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, fortalecendo os seus vínculos familiares e comunitários. Fez-se necessário este estudo, no intuito de colher informações dos usuários do CRAS1 do bairro Alto da Bela Vista no município citado anteriormente sobre os serviços oferecidos neste espaço, para identificar se os mesmos contribuem para a prevenção de risco e vulnerabilidade social. O objetivo do mesmo é fornecer subsídios suficientes para elevar a criticidade de profissionais, estudantes e usuários com relação às ações oferecidas por este espaço. O mesmo é composto de pesquisa bibliográfica, observação no campo de estágio, e o método qualitativo e quantitativo, objetivando compreender o tema estudado no período de maio de 2011. Com esta pesquisa constatou-se que as ações não contribuem para a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade, tendo em vista que os seus usuários desconhecem a maior parte das ações desenvolvidas neste equipamento. Outro resultado da pesquisa segundo a versão dos usuários é que o CRAS1 limita os seus serviços a cursos profissionalizantes, que acabam por excluir grande parte da comunidade em virtude do pouco recurso, adentrando no caráter da seletividade. Evidencia-se que a comunidade referenciada do CRAS1, não reconhece o seu território como sendo uma área de vulnerabilidade social, o que compromete a proposta da Política Nacional de Assistência Social, justificando-se a partir daqui a pouca demanda que se apresenta para esta instituição. Portanto, as ações desenvolvidas neste espaço não condizem com o que é proposto pelo Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), e que a política de assistência social é vista enquanto ajuda e não direito.

Palavras-Chave: Assistência Social. CRAS. Usuários. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This work shows the title "To analyze the services offered by the Reference Center for Social Assistance (CRAS) to Swamp Ghost-EC as perceived by the users. " This issue arose before the importance of deploying this equipment for the Brazilian families, in order to prevent situations of risk and social vulnerability, strengthening their family and community ties. It became necessary to study this in order to gather information from users of the neighborhood CRAS1 Alto da Bela Vista in the city said earlier about the services offered in this space, to identify if they contribute to the prevention of risk and social vulnerability. The purpose of that is providing enough assistance to raise the criticality of professionals, students and users with respect to shares offered by this space. It comprises research literature, field observation internship, and quantitative and qualitative methods in order to understand the topic under study during May 2011. With this research found that the actions do not contribute to the prevention of situations of risk and vulnerability, in order that its users are unaware of the majority of actions undertaken in this equipment. Another result of the second version of the survey is that users CRAS1 limits its services to professional courses, which end up deleting most of the community because of little use, entering the character's selectiveness. It is evident that the community of CRAS1 referenced, does not recognize the territory as an area of social vulnerability, which undermines the proposal of the National Social Assistance, justifying from here to little demand that is presented to this institution . Therefore, the actions undertaken in this area are not consistent with what is proposed by the Program for Integral Family (PAIF), and that the policy of social assistance is seen as a help and not right.

Keywords: Social Assistance. CRAS. Users. Vulnerability.

LISTA DE SÍGLAS E ABREVIATURAS

ART	Artigo
BM	Banco Mundial
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAP's	Caixa de Aposentadoria e Pensões
CF	Constituição Federal
COS	Sociedade de Organização da Caridade
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IAPS	Instituto de Aposentadoria e Pensões
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB-SUAS	Norma Operacional do Sistema Único de Assistência Social
ONG's	Organizações Não Governamentais
PAIF	Programa de Atenção Integral a Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SENAI	Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I- BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	14
1.1 Trajetória das políticas sociais	14
1.2 A legitimação da política social no welfare state	19
1.3 O Brasil no foco das políticas sociais	24
CAPÍTULO II- O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
2.1 A assistência social no Brasil	34
2.2 Centro de Referência de Assistência Social e o Programa de Atenção Integral a Família	45
2.3 Perfil institucional	48
CAPÍTULO III- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	52
3.1 Tipo de estudo	52
3.2 Local e período do estudo	52
3.3 População e amostra	52
3.4 Instrumentos e procedimentos metodológicos	53
3.5 Técnica de coleta de dados	53
3.6 Análise e interpretações de dados	54
3.7 Aspectos éticos	54
RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	68

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS trabalha no sentido de efetivar os direitos sócio-assistenciais, promovendo ações que previnem situações de risco e vulnerabilidade social, através do fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, para superar a exclusão social e a vulnerabilidade, propiciando a inclusão. Além de assegurar aos sujeitos condições necessárias para que os mesmos desenvolvam sua capacidade e potencialidades, fortalece a autonomia das famílias por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

O mesmo foi criado em 18 de Abril de 2004, com a finalidade de prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, promovendo aquisições sociais e materiais para as famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia. Diante do exposto, fica visível a relevância da sua implantação para a sociedade brasileira, em especial para o município de Brejo Santo-CE, fazendo-se necessário um estudo aprofundado para averiguar se as ações ofertadas por esta instituição, de fato contribuem para a prevenção de risco e vulnerabilidade social.

Este estudo se propõe a analisar os serviços da Proteção Social Básica segundo a percepção dos usuários, verificando se está de acordo com o proposto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que por meio desta proteção objetiva prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Esta proteção prevê a realização de programas, serviços e projetos locais que tem como finalidade acolher as famílias e indivíduos, trabalhando a socialização de acordo com as vulnerabilidades que se apresentam.

A pesquisa tem como objetivo geral identificar como as ações ofertadas pelo CRAS1 de Brejo Santo-CE contribuem para a prevenção de risco e vulnerabilidade social. E os objetivos específicos que fundamentam a pesquisa são: Analisar o entendimento dos usuários do CRAS1 sobre este equipamento; Identificar se os profissionais repassam os serviços para os usuários como um direito ou favor; analisar segundo a percepção dos usuários o que este equipamento contribui para a melhoria de vida da comunidade e conseqüentemente a garantia dos seus direitos.

As questões que norteiam esta pesquisa são: Qual o entendimento dos usuários com relação ao CRAS-PAIF? Como se dá a atuação do profissional no CRAS com relação aos direitos dos usuários? Qual a contribuição do CRAS1, na melhoria da condição de vida da comunidade na visão dos usuários?

Assim se fez necessário analisar as ações desenvolvidas pelo Centro de Referência de Assistência Social, na compreensão dos seus usuários, como forma de identificar se a instituição está agindo de acordo com o que é proposto pela Proteção Social Básica, identificando as dificuldades enfrentadas dentro da instituição, devido à atual conjuntura que se apresenta.

Dividido em três capítulos o trabalho, apresenta no primeiro o retrato histórico das políticas sociais, enfocando o seu surgimento e o processo histórico que a assistência social percorreu até torna-se uma política pública através da Constituição Federal de 1988, superando o seu caráter assistencial de ajuda para com os pobres que permeou por várias décadas.

O segundo capítulo relata a Política de Assistência Social enquanto uma política pública de proteção social e que integra o sistema de seguridade social de forma não contributiva, destinada a atender a população excluída. Isso se tornou possível com a Constituição Federal de 1988, onde possibilitou transformar a assistência social em lei, regulamentada através da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, estabelecendo critérios para a efetivação da mesma. Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, de caráter Nacional que define a assistência social enquanto uma política de proteção social, e estabelece as funções para que o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, seja implantado.

Apresenta ainda neste capítulo o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, como uma unidade pública, e o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, principal programa da proteção social básica. Tem-se o perfil institucional do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS de Brejo Santo-CE, contextualizando-o e caracterizando as ações desenvolvidas neste espaço.

O terceiro capítulo mostra o resultado da pesquisa realizada com os usuários do CRAS1 de Brejo Santo-CE, apresentando a metodologia utilizada para a obtenção dos dados, que em seguida é apresentado a análise feita por meio de discursos, fundamentados teoricamente de acordo com o assunto.

Têm-se as considerações finais, que apresenta todos os dados colhidos sobre a análise dos serviços oferecidos pelo CRAS1 de Brejo Santo, segundo a percepção dos seus usuários. A pesquisa busca contribuir para o entendimento de profissionais, estagiários e usuários de ver como os direitos dos cidadãos estão sendo efetivados pela proteção social básica, na atual conjuntura que se apresenta, proporcionando um novo olhar e agir

profissional na busca da efetivação dos direitos de cidadania. Por fim tem-se a bibliografia utilizada.

CAPÍTULO I- BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

1.1 Trajetória das políticas sociais

Os primeiros indícios sobre as políticas sociais foram com as leis dos pobres no século XIV, que eram medidas de regulação que o estado assumia, pois se notou que a caridade cristã não detinha a desordem, daí se tornou necessário a intervenção por parte do estado.

As protoformas da política social datam de 1351, quando na Grã-Bretanha ocorreu o extermínio de mais ou menos um terço da população, que segundo Pereira (2008), isso se deu por conta da peste negra que assolava por lá, e diante da ausência de mão-de-obra decorrente das mortes, isso fez gerar um aumento salarial por conta da demanda, fazendo surgir uma relação entre assistência social e trabalho.

Inicia-se a partir daqui a lei dos trabalhadores que tinha como propósito regular as leis de trabalho, não favorecendo o trabalhador e sim uma forma do mesmo aceitar as condições impostas sem reclamar.

Em 1388, essa lei foi reforçada pelo Poor Law ACT (Lei dos pobres), onde a mesma fazia a fixação de salários, evitava as mobilizações dos trabalhadores, pois era contra a vagabundagem e a perambulância. Essa lei tinha caráter punitivo, e não tinha o objetivo de proteger o cidadão, reforçava que o trabalhador deveria buscar o trabalho, pois o seu bem-estar dependia de si próprio.

Sua índole era mais punitiva que protetora, mas não muito eficiente e eficaz, no alcance de seus objetivos. As temidas "vagabundagem" e mendicância não foram debeladas por essa forma de controle social que incluía surras, mutilações e queimaduras com ferro em brasa nos andarilhos, embora este, aquela época, não fossem tão numerosos com se fazia crer. (PEREIRA, 2008, p. 62)

Foi criada em 1576 a casa dos pobres que alojava os incapacitados para o trabalho, como crianças abandonadas, deficientes, todas as pessoas que por algum motivo estavam impossibilitadas para retornar ao trabalho, como também os capazes para o trabalho. Sendo que essas pessoas que se encontravam nesses ambientes tinham que trabalhar para a sua subsistência. Apesar de todo o esforço a vagabundagem não foi extinta, sendo necessária outra forma de intervenção, pois a desordem ainda era contínua.

Em 1601 foi codificada a lei dos pobres que ficou conhecida como Elizabeth que estava no reinado nesse período. A nova lei dos pobres foi uma tentativa de administrar o atendimento em grupos; pobres capazes de trabalhar eram mandados para casas de trabalho, pobres que se recusavam ao trabalho submetidos a casa de correção ou reformatórios com punições, aqui o atendimento era feito por categorias. Essa legislação era reguladora e diferente das anteriores, porque valorizava a administração local e a descentralização político-administrativa paroquial. “Sob a supervisão de um inspetor externo nomeado por juizes ou magistrados, esse inspetor tinha poderes para cobrar tributos dos proprietários de terra e residências, assim como dízimos de todos os habitantes para financiar a assistência publica”. (PEREIRA, 2008, p. 64).

Sendo a Poor Law de 1601 de grande importância para a história, pelo o fato de estabelecer princípios existentes até os dias atuais, como o da residência e o da naturalidade que permite aos pobres terem acesso a assistência local. O atendimento era realizado por categoria, sendo o mesmo de responsabilidade das paróquias, no entanto eram atendidas as demandas das pessoas nascidas naquela localidade, ou que já viviam lá pelo menos três anos, desse modo evitou-se a vagabundagem. Eram considerados vagabundos todos aqueles que poderiam trabalhar mais que se recusavam ao trabalho, sendo tratados como criminosos e submetidos a punições.

Surgem novas legislações, sendo promulgada a lei de residência, onde o objetivo era impedir o deslocamento do indivíduo para as cidades que oferecessem desenvolvimento e melhores salários, isso causaria prejuízos, pois com os deslocamentos das pessoas provocaria inchaços nas cidades, onde a mesma não dava suporte.

No final do século XVIII, segundo Pereira (2008), houve um aumento considerável da população, ao mesmo tempo em que a industrialização funcionava a todo vapor, isso gerou flutuações na economia e na proteção social, que estava a iniciar nas sociedades pré-industriais. Os conflitos bélicos e a colheita em baixa geraram a escassez dos alimentos fazendo surgir novas formas de políticas sociais, pois como havia a possibilidade do aumento considerável da fome, e a elevação dos preços dos produtos, se fez necessária uma intervenção, pois não só os desempregados precisavam ser alimentados, mas também os empregados. Por isso foi criado um complemento salarial, e a Lei Speenhamland que era um sistema de ajuda local.

Como forma de superar essa situação surge a lei Speenhamland de 1795, tendo como diferencial a idéia de direito do trabalhador. Utiliza-se o esquema Poor Law que é um mecanismo que procura regular a pobreza, por meio da assistência local, e de impostos como

forma de subsidiar os salários dos pobres, tendo como base a mão-de-obra rotativa e um complemento salarial. Essa lei tinha um caráter paliativo, mas nem por isso deixou de ganhar prestígio, como também acusações por considerar que essa legislação desmobilizava a classe trabalhadora e não os incentivava ao trabalho, em razão de serem beneficiários da assistência. O empregador tinha a possibilidade de diminuir salários, em virtude do estado complementar.

Essa lei reconhecia que todas as pessoas independentes de cobranças de impostos, deveriam receber um mínimo social por parte do Estado, como forma de garantir sua subsistência. Ela foi considerada uma conquista social, porém sua criação foi mediante expansão da revolução industrial, o que acarretou um fracasso para os objetivos esperados. Recebeu críticas por impossibilitar a formação do proletariado, impedindo que os mesmos fossem para regiões urbanizadas, tendo em vista que na suas localidades de origem sua paróquia seria responsável pelo seu sustento e de sua família, assim sendo não temiam a fome.

O fato é que essa lei se preocupava com os empregados ou não, que passavam necessidades, gerando o rompimento entre assistência e trabalho assalariado. Sendo interessante ressaltar que isso não se deu por questões humanitárias, mas em decorrência do medo dessas classes pauperizadas se rebelarem, então era trabalhado a alienação do indivíduo e a submissão. Houve necessidades de reformulações nas legislações anteriores pressionados pelo liberalismo e pelas influências dos autores Thomas Malthus que falava sobre o incentivo aos pobres para o casamento e David Ricard com seu intervencionismo.

Malthus foi um economista, e sua principal obra foi um ensaio sobre o princípio de população, onde defende que a produção dos alimentos cresce em progressão aritmética, em quanto a população cresce em progressão geométrica, como consequência disso seria o aumento da miséria, propondo como saída para essa problemática negar a assistência a população, e praticar abstinência sexual com o intuito de diminuir a natalidade. Tinha prestígio intelectual e na opinião pública, associava o casamento as condições de o homem sustentar sua esposa e filhos, e aqueles que não pudessem arcar com suas despesas e de sua família deveria adiar este matrimônio, ao contrário dos ricos que só adiariam pelo o fato de terem seus bens reduzidos. Por tanto os pobres deveriam aprender com os ricos a praticar abstinência sexual, até o momento que estivessem aptos financeiramente para casar-se, e ser prudente, só assim iria diminuir as ajudas institucionais e conseqüentemente os problemas.

Condenava as leis dos pobres pelos seguintes motivos: Elas estimulavam casamentos precoces e insustentáveis financeiramente pelo chefe de família pobre, assim como propiciava aumento da população; impediam que o pobre tivesse medo da miséria, já que contava com auxílios paroquiais; diminuam

a oferta de força de trabalho, pois o pobre sendo amparado em uma paróquia, não procurava empregos em outra. (idem, p.72)

David Ricardo foi considerado o economista mais importante da Grã-Bretania em 1815, por ter um conhecimento prático sobre o funcionamento capitalista. Sua proposta é que a economia fosse liberal, sem o intervencionismo do Estado, acreditava sobre tudo que as ajudas sociais prejudicariam os recursos e investimentos econômicos, e em consequência elevaria o emprego e a valorização do trabalho. E assim como Malthus, Ricardo era contra as leis dos pobres por considerá-la autodestrutiva.

A nova lei dos pobres de 1834 se desvincula da Speenhamland, tendo como base o trabalho como fonte de renda, negando a assistência aos pobres, à filantropia. O indivíduo era responsável pelo seu sustento e essa lei só assistia aqueles que não poderiam trabalhar de forma nenhuma. Defendia o individualismo e a naturalização da miséria, porém o foco não era reduzi-la, apenas regulá-la.

A lei que pretendia revolucionar o sistema de proteção social com promessas de felicidade para um maior número de pessoas, por meio do trabalho, da auto-ajuda e do alívio de pesada carga tributária comprometida com a ajuda a pobreza, não tinha como base de sustentação a realidade mais, um projeto de fortalecimento do capitalismo de extração liberal. (idem, 2008, p.76)

Essa lei acabou excluindo grande parte da população de se ter assistência. Aumentavam-se os problemas sociais decorrentes da miséria, enquanto isso se aumenta a acumulação de riqueza por uma parte pequena da população, dando surgimento a questão social. Isso fez surgir insatisfações e manifestações com o movimento cartista representado por operários, tendo o seu período de duração de 1834 a 1848, que reivindicava a jornada de trabalho para dez horas, as péssimas condições de trabalho e a participação política.

Foram surgindo críticas por conta do pauperismo das massas, decorrente das novas expressões da Questão Social. Procurou-se então entender as causas da pobreza, desconsiderando os conceitos anteriores que defendia que ela era advinda das fraquezas morais. E foi através de novos adeptos e estudos que se chegou a conclusão que ela era fruto de salários aviltantes e de condições de vida sub-humanos, resultado da exploração do trabalho pelo capital. Representando nesse momento um enigma, pois o crescimento econômico estava em alta, entendendo que o pauperismo não era causado pela escassez de produtos, mas pela acumulação de riqueza por uma parcela mínima da sociedade.

As expressões da Questão Social tornaram-se visíveis a partir do processo de industrialização, ao modo como o capital se apropria da mais-valia, explorando o trabalhador.

Isso vai acarretar o aumento das desigualdades advindas da apropriação indevida do trabalho e do tempo, gerando o empobrecimento cada vez mais para a classe trabalhadora. Explorando ainda mulheres e crianças em prol de interesses próprios, sendo estes submetidos a condições de trabalho degradantes, humilhantes, perigosos e insalubres, devido a carga horária excessivas. Estas expressões vão surgindo a medida que o processo de industrialização torna-se mais atuante. Com o deslocamento das pessoas para os centros urbanos em busca de trabalho, gerou inchaços nas cidades, onde a mesma não dava suporte para atender a todos, sendo os operários obrigados a viver a margem das cidades, em condições precárias.

Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum; a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

O processo de industrialização fez surgir um aumento considerável da pobreza para o proletariado, porém trouxe com isso a conscientização enquanto classe explorada, fazendo surgir problemas para sociedade burguesa, e em função disso, esta busca enfrentar essa problemática por meio da Sociedade de Organização da Caridade – COS, considerada a primeira medida de proteção social.

Esta sociedade representou o esforço de conter a pobreza, porém sem a intervenção do Estado, fundamentava-se em idéias liberais, que culpava o indivíduo pelo o seu fracasso, e que aceitar ajuda do estado feria sua dignidade. Nesse momento, o estado repassa a responsabilidade para a sociedade civil, onde a mesma tenta enfrentar a pobreza sem apelar para o mesmo. Essa organização tinha como objetivo que os pobres se ajudassem buscando o trabalho, pois era a forma de promover o bem-estar, e apostava no voluntariado como forma de compensar a falta do Estado.

O atendimento era realizado após uma investigação que tinha o propósito de averiguar quem era de fato pobre, para posteriormente serem atendidos por voluntários, que ajudavam os necessitados materialmente e também por meio da educação, sem nenhum envolvimento do estado. O objetivo de educá-los era uma forma de manter influências sobre as pessoas. O esforço foi imenso, mas o tamanho da miséria era maior que a iniciativa de conter a pobreza, pois ela é advinda do sistema industrial, compreendendo que não deveria culpabilizar o indivíduo.

A partir daqui começa a dar indícios aos direitos sociais, em decorrência da recusa da velha leis dos pobres, e diante das pressões dos movimentos que exigiam novas formas de proteção como direito, e diante da preocupação com o crescimento econômico, os líderes compreenderam que o fortalecimento econômico dependia do bem-estar do trabalhador, surgindo as primeiras legislações e medidas de proteção social como forma de proteger o capitalismo, sob a forma de um mínimo de proteção igual para todos. Criou-se a lei de seguridade nacional que inclui a atenção a saúde e a proteção no caso de desemprego, o seguro compulsório que era financiado por seus filiados e empregadores, e o seguro desemprego, contra acidentes, deixando explícito que o objetivo não era proteger o cidadão e sim o modo de produção. Tendo em vista a preocupação com o fortalecimento econômico, que tinha uma relação com o bem-estar do trabalhador. A política social nesse momento preocupava-se também com a preparação de recursos humanos, tendo em vista atender suas necessidades.

1.2 A legitimação da política social no welfare state

As políticas sociais se legitimaram no Welfare State, dando a possibilidade de serem de fato concretizados os direitos sociais. Isso foi possível por meio de lutas, mobilizações, e de um processo contraditório de interesses. É nesse momento segundo SCHONS (2008), que o estado é convocado a buscar uma relação harmoniosa entre as classes, com isso administra a reprodução da força de trabalho, e quando preciso atende as necessidades da classe que vive do trabalho, tendo como objetivo manter um padrão de vida harmônico, evitando as reivindicações, para que o capital continue a produzir e acumular riqueza.

A política social por não ser só uma forma de regulação, mais um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contrários, predominantemente de classes, tem se colocado, como mostra a história a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela. (PEREIRA, 2008, p.86)

O surgimento da política esta atrelada a reprodução da força de trabalho, utilizando-se de serviços e benefícios como estratégia do capitalismo para continuar a produzir e reproduzi-se, garantindo alguns benefícios, entretanto sem prejudicar os interesses econômicos da classe burguesa, considerando seu surgimento como sendo uma forma de regular a classe trabalhadora por meio de direitos, atrelado ainda aos interesses contraditórios das classes.

A legitimidade das políticas sociais se deu através do Estado de bem-estar social ou ainda Estado providência, que tem sua origem na crise vivenciada entre os períodos de 1929 a 1932, e após a Segunda Guerra Mundial. O objetivo era supera - lá, enfrenta - lá, a partir da regulação estatal, tendo suas funções e estruturas transformadas. Fundamentava-se no pensamento de John Maynard Keynes que buscava compreender essa problemática e encontrar soluções para sair da crise.

John Maynard Keynes foi um economista britânico, que defendia a intervenção do Estado por meio de uma política intervencionista, utilizando-se de medidas fiscais e monetárias como forma de superar as crises econômicas. “Defendia que o equilíbrio econômico depende da interferência do estado, isso nos anos 1930, teve caráter revolucionário, pois, de Keynes vigorava na economia o teorema de Say”. (idem, 2008, p. 90)

O mesmo era contra a burguesia, pois a mesma questionava a intervenção do Estado na vida e na economia. Como forma de superar a crise, indicava o caminho a ser seguido, através de saídas democráticas que vinha a favorecer o capitalismo. O seu pensamento não descaracterizava o capitalismo, como também não era a favor da socialização dos meios de produção.

Era contrário ao liberalismo que defendia a propriedade privada, ele buscava a reativação da produção econômica, com isso o Estado mudaria sua relação com o sistema produtivo do momento. O propósito de evitar a crise se dava a partir da atuação do Estado no setor econômico, conseqüentemente garantindo mais emprego dos fatores de produção, por meio de produção de serviços públicos, como também a produção privada. Com isso aumentaria a renda garantindo maior igualdade através das instituições de serviços públicos, principalmente às políticas sociais. A intervenção do Estado na produção econômica possibilitaria restabelecer o seu equilíbrio.

O contexto histórico desse momento era o aumento considerável do desemprego, que conseqüentemente veio a atingir o capital em decorrência do baixo consumo, que fez com que os lucros se reduzissem, obrigando o Estado a intervir na economia e no social, pois segundo Keynes era uma forma de reativar a economia. A teoria que norteou o Estado de bem-estar social foi o Keynesianismo, que consistia em uma organização política econômica. A mesma estabelece que o Estado deveria ter o dever de garantir um padrão mínimo de vida ao cidadão, por meio de benefícios sociais.

Essa teoria atribuía ao Estado a função de regular a economia, e ainda criar serviços sociais, que possibilita-se a demanda quando houver dificuldades de manter o pleno emprego. Sua função é buscar políticas que contribua para o crescimento econômico, dando ainda a

possibilidade para que as pessoas viessem a consumir, e protegendo os trabalhadores dos riscos advindos da sociedade capitalista.

O estado de bem-estar social foi uma forma que o capitalismo encontrou para romper com o liberalismo, com o objetivo de sair da crise. O seu foco era o pleno emprego, serviços sociais universais e assistência social. O governo passaria a ter responsabilidade de garantir um padrão de vida mínimo para o cidadão, oferecendo oportunidade de acesso igual, tornando-se a regular a vida em sociedade.

Abordando diferentes interesses como; mercado, estado e trabalhadores. O Estado passa a garantir proteção e serviços públicos a população. O seu desenvolvimento se deu na Europa e foi considerado a solução para sair da grande depressão, tendo como suporte a teoria de Keynes que pregava o pleno emprego, como forma de se ter um equilíbrio econômico era necessário a intervenção estatal, tanto na economia quanto no social. Intervindo na economia para atender as demandas, sendo responsável pelo pleno emprego, pois promoveria condições para o consumo, garantindo também serviços sociais universais, como saúde, previdência, educação, entre outros.

Pereira (2008) defende a tese que tudo isso se deu por conta da crise de 1929, com inflações incontrolláveis, desempregos, vivenciados por todos os países industrializados, a extensão do socialismo que era visto como uma alternativa, e o aparecimento do fascismo, que se apresentava como uma ameaça a ser combatida. Entrando em cena o Welfare State com o intuito de promover políticas e programas na perspectiva de direitos. Sendo que este Estado não transformou a estrutura predominante da burguesia, mas ocasionou uma mudança no padrão de proteção social, pois possibilitou a igualdade entre as classes.

O primeiro expoente do Welfare State foi o plano Beveridge que tinha como propósito constituir o seguro social e serviços afins para atender certas eventualidades que impossibilitava o trabalhador para o trabalho, e isso foi possível diante de reivindicações, sendo esses serviços afins não contributivo e universal. Esse relatório ou informe Beveridge de 1942, feito por William Beveridge tinha como propósito rever o sistema de proteção social da Grã-Bretanha, que apesar de fornecer pensões, atenção a saúde, seguro desemprego, não impediam o aumento da pobreza, e que para se ter acesso a assistência pública as pessoas eram submetidas as seleções constrangedoras para averiguar o seu estado de pobreza.

É um sistema de proteção social inglês proposto por William Beveridge em 1943, e que visava a garantia de um rendimento que substituíria os salários quando se interromperem pelo desemprego, por doença, ou acidente, que assegure a aposentadoria na velhice, que socorra os que perderam o sustento

em virtude da morte de outrem e que atenda certas despesas extraordinárias, tais como decorrentes do nascimento, da morte e do casamento. (FALEIROS, 2008, p. 45)

No final dos anos 40 Marshall contribui para o Welfare State com a ampliação do conceito de cidadania, a direito civis, no século XVIII que se caracterizava pelo direito de ir e vim e o direito de voz. O direito político que foi no século XIX que incluía a participação em associações, e o direito de votar e ser votado, e por último os direitos sociais século XX que está relacionado com o bem-estar econômico e a segurança.

Marshall foi ele quem preencheu uma lacuna na teoria política ocidental, elaborando uma das mais bem concatenadas e sugestivas reflexões sobre as razões sociais e históricas da emergência do estado de bem-estar do segundo pós-guerra e dos motivos morais e políticos que o justificam. A partir daí, Marshall tornou-se uma referência obrigatória nos estudos e discussões sociológicas e políticas em escala mundial e ajudou a dimensionar a compreensão da política social para além de uma visão paternal ou contratual. (PEREIRA, 2008, p. 95)

Os objetivos principais do Estado de bem-estar social era que o mercado estivesse em pleno funcionamento, buscava ainda a defesa dos direitos dos cidadãos. Segundo a teoria que fundamentava esse Estado, toda pessoa ao nascer até a sua morte é considerado um sujeito de direitos, sendo estes direitos: educação, assistência médica, auxílio desemprego, renda mínima e acréscimo para garantir a subsistência dos filhos. Todos esses benefícios deveriam ser ofertados pelo Estado, o que veio a proporcionar o crescimento econômico, em virtude da redistribuição de renda em apoio aos assalariados, que conseqüentemente gerou o aumento do consumo.

O Welfare State fundamenta-se em três regimes, o liberal, o conservador ou corporativista, e o social-democrata. O liberal justifica que intervenção do Estado se dará com o objetivo de suprir a ineficiência do mercado. A assistência será prestada nesse regime aos que comprovarem ser realmente pobres. Os benefícios são reduzidos a transferências universais, e com caráter de seletividade, geralmente prestada aos trabalhadores. No regime conservador prevalece a idéia que para se ter acesso aos benefícios é necessário ter trabalho, renda e contribuir. Sendo ainda valorizada a questão do status, tendo em vista que os direitos estavam atrelados as classes sociais. O social democrata veio assegurar benefícios básicos, mas iguais para todos, sem que seja necessária contribuição prévia. Fundamentam-se os princípios de universalidade, solidariedade e igualdade. Esse regime servia ao mercado e a família, sendo trabalhada a questão da capacitação individual.

Essas conquistas são resultados de movimentos democráticos. Porém, com os investimentos, ocasionou dívidas, ocorrendo o enfraquecimento do estado de bem-estar social. Outro fator que contribuiu para esse fim, foi a crise do petróleo de 1979, onde fez com que o estado diminuísse suas responsabilidades, diante da diminuição da arrecadação tributária e o baixo crescimento. O grande problema é que o estado gastava mais do que o que arrecadava e isso gerou um déficit, sendo que já havia outros problemas que contribuíram para o fim do Welfare State. Tendo em vista essa problemática a política social começa a tomar novos rumos, adentrando ao ideário neoliberal.

O fracasso do estado de bem-estar social é decorrente da crise financeira que se vivenciava por conta da impossibilidade do estado para o financiamento das políticas sociais, outro fator que teve também sua contribuição para esse fim, foi a mudança da indústria para a área de serviços, ocasionando menos recursos e investimentos, o poder de organização da classe trabalhadora em busca da legitimação dos seus direitos, como também o crescimento da população, ocasionando o aumento da demanda por políticas sociais.

Segundo o pensamento de Behring (2006), os pensadores neoliberais procuram uma forma de sair da crise, defendendo os seguintes argumentos, que o estado teria que ser forte para acabar com o poder dos sindicatos, controlar a moeda, deveria ser mínimo com gastos na área social, regulamentar a economia, buscar a estabilidade monetária, se manter forte com relação aos orçamentos, mantendo restaurado o índice de desemprego, ainda deveria diminuir a arrecadação de impostos para os investimentos mais alto, isso seria uma reforma fiscal e sobretudo o desmonte dos direitos sociais.

Esta corrente neoliberal vai adentrando nos países em diferentes épocas, sendo que este novo modelo de política seria submetida aos interesses do mercado, devendo o estado permanecer sua intervenção no mínimo para com o social, sendo flexível, fazendo com que o mercado com sua maneira de acumular e competir se auto-regule.

Diante desse cenário e como forma de sair da crise, a intervenção do estado, seria no mínimo possível com o social, com isso favorecia o crescimento econômico, pois aumentaria a desigualdade, que para o neoliberalismo era favorável para o melhoramento do setor econômico que se encontrava em período de crise. Favorecendo o mercado por conta do desemprego, que conseqüentemente faria com que a mão-de-obra fosse barateada, favorecendo a economia do período, e enfraquecendo as políticas sociais, pois tudo que já se tinha conquistado como direito, diante do proposto pelo neoliberalismo era agora visto como benefícios.

1.3 O Brasil no foco das políticas sociais

O surgimento e desenvolvimento das políticas sociais acontecem diferentemente entre os países. No caso específico do Brasil, até então um país escravista que com o passar do tempo foi trocando a mão-de-obra escrava pela livre, como forma de se adaptar ao capitalismo. No século XX começam a surgir os primeiros movimentos dos trabalhadores em busca de legislações para o mundo do trabalho, surgindo os direitos sociais no Brasil em decorrência de lutas e forças contraditórias. Não havia reconhecimento de direitos, pois os escravos eram considerados uma mercadoria, não sendo reconhecidos como seres humanos, sendo assim, suas vidas eram submetidas aos seus patrões.

Se a política social tem relação com a luta de classes e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação, captação e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistribuídos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolve a constituição da política social. (BEHRING, BOSCHETTE, 2006, p. 79)

Em virtude do enfraquecimento da agricultura e com a entrada da industrialização, verifica-se o surgimento de medidas de proteção, sendo as mesmas frágeis. A primeira ocorreu em 1888 com a criação da caixa de socorro destinada somente para a burocracia. Um ano depois em 1889 foi conquistado o direito de pensão e férias de quinze dias destinadas para os funcionários das empresas e os ferroviários, que em seguida vai beneficiar o Ministério da Fazenda.

No ano de 1891 é regulamentado o trabalho infantil que não foi obedecido, essa foi a primeira legislação para a assistência a crianças. No ano seguinte foi a vez dos funcionários da marinha adquirirem o direito a pensão.

Houve o reconhecimento do direito de organização sindical no século XX, pois foi quando surgiu os primeiros sindicatos para agricultura, indústrias rurais e trabalhadores urbanos, em decorrência das influências trazidas pelos movimentos dos imigrantes. Nesse período a jornada de trabalho é reduzida, os acidentes de trabalho são regulamentados, sendo que a responsabilidade é do indivíduo.

A Lei de n 4.662 de 24-01-1923, criada por Eloy Chaves que obrigou a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP's) ,para as categorias de profissionais que estavam no setor de exportação, tendo em vista que o foco do Brasil era exportar seus produtos,

expressando que os direitos adquiridos por estes trabalhadores foi possível mediante uma estratégia do governo.

Tem-se agora o formato da política social brasileira com a lei Eloy Chaves que data de 1923, onde foi criada a Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP's), destinadas aos ferroviários e marítimos, pelo fato da economia brasileira está voltada para a exportação do café. Nota-se que os direitos sociais favoreciam uma parte mínima dos trabalhadores.

A crise dos anos de 1929-1932 teve bastante significado, pois surge uma correlação de forças, por conta da crise do café, outros produtores de gado, açúcar entre outros aproveitam para entrar no cenário da economia, fazendo surgir um embate entre os produtores para diversificar a mesma, esse período ficou conhecido como revolução de 30. “Sustentava-se nas condições objetivas enfrentadas pelo o Brasil depois da grande depressão enfrentada pelo o mundo capitalista”. (COUTO, 2008, p. 94)

Ainda segundo o pensamento de Couto (2008), o Brasil vivenciava uma situação econômica muito difícil, pois o preço do café foi reduzido significativamente favorecendo esta revolução, evidencio-se a queda do Produto Nacional Bruto, como também, gerou maior número de desempregados, pois se reduziu a atividade econômica causando péssimas condições para a população diante do fechamento de fábricas, e carga horária semanal reduzida.

Diante desta realidade que se apresentava a sociedade brasileira o governo Getúlio Vargas rompe sua aliança com a oligarquia, e em seguida retorna com a oligarquia cafeeira, com o objetivo de governabilidade, procurou manter os preços, e realizou queima de estoques. Entrando em cena a população da classe media lutando por melhorias de vida.

Começa a formação da política social brasileira, mas precisamente no estado novo, tendo a frente Getúlio Vargas que usava sua política trabalhista com o intuito de conter as greves e os movimentos operários. Cria o sistema de seguro social, e o seu discurso era fundamentado na perspectiva de substitui a luta de classe pela colaboração de classes.

Vargas em seu governo buscou organizar as relações entre o capital e o trabalho, em virtude disso criou em 1930 o Ministério do Trabalho como estratégia de controlar os sindicatos e desmobilizar o movimento operário. De acordo com Couto (2008), este ministério tinha como função harmonizar as relações entre os detentores dos meios de produção, com os que vendem sua força de trabalho, dessa forma haveria uma substituição do conceito de luta de classe, pelo de conciliação. Dois anos depois cria a carteira de trabalho, que representou a cidadania brasileira.

Nesse período os sindicatos perdem suas identidades, pois são chamados a fazer parte do Ministério do Trabalho com o intuito de controlar os movimentos, funcionando de acordo com os governos. Segundo Couto (2008), é instituído normas para a criação dos sindicatos, sendo necessário a aprovação do ministério, sendo um órgão de colaboração com a ordem vigente, deveriam participar dos conselhos como forma de buscar a conciliação entre os trabalhadores e empregadores. Nesse período, vivenciava-se a transformação econômica, saindo do modelo agro-exportador para o industrial, apresentando novas demandas na vida da classe trabalhadora.

Segundo pensamento de Faleiros (2008), o Ministério do Trabalho vinculou os sindicatos ao estado através de suas eleições, finalidades e finanças. “Toda legislação trabalhista criada na época embasava-se na idéia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados”. (COUTO, 2008, p. 95). Toda iniciativa por parte do estado para controlar a classe operária, era bem vista pelos empresários.

Getúlio Vargas teve como destaque no seu governo, o campo previdenciário, incentivou a expansão da Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), estabelecendo como benefícios, a aposentadoria, pensão, medicamentos a preços mais baixos, socorro médico, mantidos com finanças do capital e do trabalho.

Expandem-se os IAPS (Institutos de Aposentadorias e Pensões), que é um sistema de previdência pública, este instituto estava vinculado as categorias profissionais e sua contribuição era tripartite, empresa, estado e trabalhador. Os benefícios ofertados eram de acordo com a contribuição de cada trabalhador. Portanto, a cidadania nesse período era regulada, pois nem todos tinham profissões, nem institutos.

De acordo com Couto (2008), estes institutos buscavam atender as necessidades dos seus filiados de acordo com seus recursos, sendo os benefícios diferentes para cada instituto. Os (IAPs) foi considerado de grande importância, tendo em vista a possibilidade de controle da classe trabalhadora, em virtude da escolha da presidência ser por indicação do governo, dessa forma ganhando autonomia de intervir nos recursos da categoria, e em função disso presume-se que muitos dos recursos pode ter saído para investimentos em indústria do país. Para Faleiros (2008), o sistema de seguro foi implantado por meio dos institutos de previdência social, destinados somente para algumas categorias, sendo fragmentado, limitado, e portanto desigual pois os benefícios eram diferenciados.

Foi regulamentado o trabalho feminino e dos menores na indústria, sendo reduzida a carga horária de trabalho, houve modificação e regulamentação dos salários, regulamentou

também a questão referente aos acidentes de trabalho, e os sindicatos funcionava agora de acordo com o estado. Ficando de fora do sistema estatal previdenciário, os trabalhadores rurais. Cabe frisar que não se dava importância a saúde, eram realizadas campanhas sanitárias e quando necessário atendimento médico ou internação era feito de forma privada.

Em 1942, foi criada a LBA (Legião Brasileira de Assistência), destinada a atender as famílias envolvidas na segunda guerra, tendo como foco o clientelismo, o favor e a seletividade, pelo fato de ser coordenada pela primeira dama, Sra. Darcy Vargas. O seu surgimento foi em virtude da busca do governo em se legitimar junto aos pobres.

Com o objetivo de assistir, primeiramente, as famílias dos pracinhas que foram para a guerra, e logo depois estender seu trabalho à população pobre, principalmente com programas na área materno-infantil. A LBA representou o braço assistencialista do governo, que centrou na figura da primeira dama Darcy Vargas a coordenação da instituição. Esse traço clientelista é vinculado à benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política assistencial brasileira. (idem, 2008, p. 103)

Conforme Sposati (2008), esta instituição foi considerada primeira grande instituição de assistência social, sendo considerada um órgão de colaboração com o estado. Nesse mesmo ano foi criado Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com objetivo de adequar a mão-de-obra de acordo com as demandas da indústria, por meio de medidas assistenciais e educativa.

A política social voltava-se para os interesses do setor industrial, com leis trabalhistas. A partir da redemocratização no ano de 1946, foram conquistados os direitos políticos, ficando estabelecido o direito de votar para as pessoas alfabetizadas e com mais de dezoito anos, e os direitos civis. O que se viu de novo com essa constituição é a garantia dos direitos sociais. Permanece ainda a regulação dos direitos trabalhistas, surgindo o direito à previdência social, à greve, e à propriedade privada.

Ocorria no período o aprofundamento das desigualdades, pois somente quem tinha acesso aos direitos eram aqueles que contribuíam, ocasionando insatisfações, tendo em vista que nesse período o objetivo do governo era controlar os trabalhadores, através de políticas trabalhistas, sem dar nenhuma importância a área social. Ocorreu ainda nesse período o suicídio de Vargas, assumindo Juscelino Kubitschek tendo como proposta de governo o desenvolvimentismo, lançou-se o Plano de Metas que seria investimentos nas áreas de infraestrutura, para que o Brasil alcança-se o desenvolvimento.” Priorizou a abertura da economia

do país para o investimento externo, bem como para o processo acelerado de industrialização.”(idem, 2008, p.110).

Isso ocasionou o crescimento da urbanização, fazendo surgir varias expressões da “Questão Social”, que nesse momento não era de interesse do governo, pois a sua prioridade era o setor econômico. Nesse período no que se refere as políticas sociais, foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) de 1960, que veio a unificar os vários benefícios, abrangendo todos os trabalhadores urbanos.

A LOPS incorporou os autônomos à previdência social e definiu um período mínimo de contribuição de cinco anos para uma aposentadoria aos 60 anos (mulheres) e 65 (homens). Contemplava uma série de benefícios e serviços, inclusive o serviço social e a alimentação e possibilitava, exceto para os ferroviários, a aposentadoria por tempo de serviço aos 55 anos. (FALEIROS, 2008, p. 46)

O governo da época já citado anteriormente, priorizou o seu trabalho nos investimentos econômicos, trazendo para o Brasil indústrias automobilísticas, e para crescimento acelerado do país, insistiu em obras como a construção de Brasília, isso acarretou para a população muitos prejuízos, por conta das inflações, da queda de salários, em razão disso os movimentos sindicais se organizam em busca de melhores condições. Entra em cena Jânio Quadros que governou somente sete meses, o que veio a comprometer a política social brasileira, permanecendo no caráter corporativista. Em seguida veio João Goulart e com ele vários movimentos sociais.

A ditadura militar se instaura em 1964, trazendo um retrocesso, pois era o momento de investimento para o crescimento econômico, diminuindo os gastos com o social, gerando mais desigualdades. O que contribui para o golpe militar foi as manifestações que estava acontecendo em todo o país, em busca de melhores condições de vida e trabalho, tendo o apoio das classes médias e o interesse do capital estrangeiro. Baseado no pensamento de Couto (2008), os militares assumiram o poder com o objetivo de por fim aos governos populistas, afastar as idéias comunistas, e transforma o Brasil em uma potência mundial.

A ditadura se caracterizou por forte censura, ausência de eleições, controle do congresso nacional pelo poder militar, então no executivo, e repressão violenta aos opositores, considerados subversivos por lutarem de forma armada ou não, pela derrubada do sistema autoritário e sua substituição pelo sistema democrático e/ou socialista. Dezenas de brasileiros foram presos, torturados, exilados, mortos, desaparecidos. (idem, 2008, p. 47)

Atribuindo como justificativa para o uso da força, a transformação do Brasil, ganhando uma posição privilegiada economicamente. No entanto, a população não concordou com esses atos, organizando-se para ir às ruas, em virtude disso morreram dezenas de pessoas, fazendo com que as igrejas, intelectuais e empresários questionassem estas atitudes. A questão social era nesse momento enfrentada pelo binômio repressão, as pessoas perdem o direito de reivindicar e expor suas insatisfações.

A política econômica do país concentrava altos índices de renda, enquanto os trabalhadores enfrentavam arrochos salariais, exploração, e repressão. Porém, o social foi marcado pela a criação de inúmeras instituições, O que se destacou nesse período foi a organização do sistema previdenciário, onde o Instituto Nacional Previdência Social (INPS) congrega em um único instituto todos os outros, com o intuito de dar cobertura política. A sua administração ficou na mão da tecnocracia, criou-se parcerias entre empresas e INPS, para que os trabalhadores fossem atendidos no seu trabalho, buscou-se ainda a prevenção da saúde do trabalhador, com forma de evitar os acidentes de trabalho, que causava prejuízos aos empregadores.

Ressurge o movimento grevista do ABC paulista em 1971, fazendo com que os trabalhadores rurais, autônomos e as domésticas sejam incluídos na previdência social de forma que esteja contribuindo. O único benefício era a aposentadoria de meio salário mínimo e assistência médica. Foi criado em 1974 a renda mensal vitalícia para idosos pobres que nunca contribuíram com a previdência, sendo que esse benefício não mais existe. Sendo criado ainda o Banco Nacional de Habitação (BNH), com objetivo de reativar a economia, através de financiamentos de casa para a população da classe média.

Evidencia-se que as políticas sociais continuam com caráter assistencialista, tendo em vista que já mais houve um investimento considerável destinado a área social, desconsiderando os conceitos de uni formalização e universalização presente no Welfare State, que no caso do Brasil não ocorreu. Portanto as políticas sociais brasileiras apresentam caráter seletivo e excludente, pois ao selecionar para atender as demandas acaba por excluir grande parte da população, tento em vista que os investimentos não são suficientes para atender a todos.

A década de 1980 é marcada pela ruptura com a Ditadura Militar, e a transição dos governos militares para a democracia. Esse processo não foi fácil, levou tempo, mas possibilitou quebrar com as amarras, e isso fez com que os inimigos fossem perdoados e até considerados como sujeitos de direitos políticos e civis. Ressurgem movimentos em busca de eleições diretas.

Nessa época, o Brasil enfrentava uma herança deixada pelos os períodos anteriores em especial, os dos militares, que era pobreza, inflação, dívida pública acentuada, em consequência disso apresentava-se maior demandas em termos de políticas sociais para as camadas mais pobre da sociedade, pois no período anterior o crescimento econômico ficou restrito nas mãos de poucos.

As propostas democráticas que adentram essa época tenta acabar com um clientelismo e com patrimonialismo, através de mudanças no aspecto político, econômico e social. No campo econômico com plano cruzado e no início do plano real, de fato ocorreu mudanças na qualidade de vida dos brasileiros, porém a pobreza não deixa de se apresentar, voltando a crescer.

Esse período de transição democrática teve como resultado a Constituição Federal de 1988, período que ficou conhecido como a era plena de direitos, por ficar estabelecido a garantia de todos os direitos sociais fundamentais. Sendo que esses direitos foram legalizados por meio de pressões por parte da sociedade civil em busca do direito para a coletividade.

A constituição se colocou como liberal-democrática-universalista, expressando as contradições da sociedade brasileira e fazendo conviver as políticas estatais com as políticas de mercado nas áreas da saúde, da previdência e da assistência social. Conseguem-se, no entanto, no plano econômico a defesa de certos monopólios estatais como do petróleo, das comunicações, do transporte de cabotagem, dos portos; no plano, social o avanço dos direitos das mulheres, das crianças, dos índios e a inclusão do conceito de seguridade social. (idem, p. 49)

É notório que as condições econômicas que se apresentavam não eram favoráveis a universalização de políticas sociais, porém as pessoas não deixaram de lutar por melhores condições de vida, sendo conquistados os direitos sociais através da Constituição Federal de 1988. Foi introduzido o conceito de seguridade social que é a base de sustentação brasileira, sendo constituída pelo tripé, saúde de forma universal, assistência sendo voltada para quem dela necessite e a previdência para quem contribui para com a mesma e sindicatos.

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição. (BRASIL, Artº 6, 2006, p.20)

É evidente que a Constituição Federal de 1988 veio a universalizar direitos e reconhecer a cidadania de fato, porém essa conquista só foi possível mediante lutas,

organizações e participação da sociedade. Não foi algo dado, foi uma construção que de fato foi conquistada pela sociedade.

Porém nos anos 1990, por conta da crise decorrente do estado de bem-estar social, gerando o aumento da dívida externa, foi introduzido o ajuste neoliberal, onde as regras eram ditadas pelos organismos financeiros internacionais como: BM, o FMI e o consenso de Washington, que pregava a redução de gastos na área social e valorizava as privatizações e a abertura comercial.

De acordo com Couto (2008), as orientações desses organismos, tinham expirações nas idéias neoliberais, que propõe a desestruturação do sistema de proteção social, estando vinculadas as estruturas estatais, sendo gestadas por iniciativa privada. Entende que estas orientações estão contrárias com os direitos garantidos na constituição. O Brasil retorna ao seu passado, onde o estado sempre investiu nos seus interesses, e nunca se preocupou com os interesses da população. Ficando as políticas sociais subordinadas aos interesses macroeconômicos.

O neoliberalismo é uma teoria que favorece o estado por conta da não intervenção, sendo essa teoria uma nova “roupagem” do velho liberalismo, de forma mais organizado. Havíamos passado por uma grande reforma em 1988, onde foram conquistados os direitos sociais, posteriormente ocorre uma contra-reforma por conta do neoliberalismo, que prega cortes de gastos com o social, sendo desconsiderados os direitos anteriormente conquistados.

O grande protagonista do período neoliberal foi Fernando Henrique Cardoso, que no seu governo orientou-se pelas reformas no mercado, dando prioridade para as privatizações, ferindo totalmente os princípios da Constituição, sua proposta política se fundamentou na abertura econômica aos capitais internacionais, acabando com os monopólios estatais, privatizando o patrimônio público, reduzindo os direitos sociais e desregulamentando as leis trabalhistas. (FALEIROS, 2000)

Priorizou o controle da inflação e a manutenção da estabilidade da moeda e encaminhou, como plataforma política, a necessidade de reformar o estado, prioridades vinculadas ao paradigma teórico neoliberal. (COUTO, 2008, p. 148)

Em sua campanha afirma como proposta de seu governo, saúde, educação, emprego, agricultura e segurança. No entanto o seu governo se deteu no plano da estabilidade econômica, afastando a população das decisões governamentais. Sua postura no congresso era somente de aprovação dos projetos, com a estratégia de troca de favores, não condizendo com

sua proposta de acabar com os governos clientelistas. Como era a favor de todas as propostas no congresso, usou-se disto para fazer mudanças no texto constitucional, de modo a garantir a efetivação dos seus objetivos no plano econômico.

Ocorreu também a reforma na previdência, agora por tempo de serviço e contribuição. Para que ocorressem as privatizações das estatais era justificado que essas empresas causavam prejuízos aos cofres públicos, sendo vendidos para grupos estrangeiros, com isso iria diminuir a dívida externa e interna, melhorando a qualidade dos serviços, ocorrendo na verdade uma entrega do patrimônio público para os estrangeiros, não melhorando nem o preço nem a qualidade.

Diante de toda essa reforma do estado recorre ao princípio de publicização transferindo obrigações do estado para com a sociedade civil organizada, através de Ong's, empresas privadas com incentivo para o voluntariado e a solidariedade, ocorrendo a desresponsabilização pela política social, desprezando a assistência social.

A essa nova arquitetura institucional na área social, sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade, se combinou o serviço voluntariado o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não remunerado. (BEHRING, BOSCHETTI, 2006. p. 154)

Essa reforma nas políticas sociais não significou a ausência das mesmas, o que ocorreu foi uma deficiência, por conta das privatizações, programas focalizados, seletivos, políticas paliativas, e as descentralizações, onde o município passa a ter autonomia para realizar suas ações, entendida como sendo um mecanismo de transferência da crise financeira. O estado se esquiva de suas obrigações, tornando as políticas excludentes pelo fato dos investimentos serem baixos, não possibilitando atender a todos.

A partir de 2003 com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, que a política social brasileira toma novos rumos. O partido o qual pertencia tinha como objetivo implantar políticas de transferência e complemento de renda para as camadas mais pobres da sociedade, sua proposta de governo era colocar os pobres no centro das políticas sociais. Implantou o fome zero com o objetivo de despertar as pessoas para se aliarem a ele, até porque ele era da esquerda, e com isso conquistou a maior parte da população brasileira.

Para dar subsídio ao fome zero foram criados os restaurantes populares, banco de alimentos, cartão de alimentação, incentivou o cultivo dos alimentos na agricultura, que posteriormente comprova-os, criou também o programa do leite, casas populares e deu um

incentivo maior a educação. O foco maior era realmente acabar com a fome, pois ela era responsável por gerar outros problemas como, mortalidade, analfabetismo, todos os problemas físicos, sociais e mentais eram advindos da fome.

Houve a junção dos programas no qual ficou conhecido como Programa Bolsa Família, que significa um complemento de renda para as pessoas mais necessitadas, tendo condicionalidades para a concessão desse programa. Fica evidente que as políticas sociais continuam assistencialistas e seletivas, em consequência da dívida externa deixada pelos governos anteriores, dificultando a efetivação com qualidade da política social. O governo utiliza-se estrategicamente da política social para repassar a mesma não como direito, e sim como favor. Dessa forma, é necessário que todos busquem reivindicar para que a cidadania seja de fato executada, e que as políticas sociais percam seu caráter seletivo, para se tornar universal.

CAPÍTULO II- O CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 A assistência social no Brasil

A Assistência Social sempre esteve presente na história da humanidade, com práticas destinadas a ajudar os pobres, os diferentes, os doentes, aqueles que estavam a margem da sociedade, sendo ações de solidariedade, praticada pela igreja e voluntários. “Ao longo do tempo algumas ações vão sendo incorporados como responsabilidades, pública e dentre elas a assistência”. (SPOSATI, 2008, p.41)

O estado vai se apropriando da assistência como prática de intervenção para lidar com a pobreza, apelando para a contribuição da sociedade civil. A questão social era enfrentada pelo estado como “caso de polícia”, de forma repressiva. A pobreza era tida como de responsabilidade e culpa do indivíduo, pois se tratava de uma disfunção pessoal dos mesmos, e quem cuidava dos problemas relacionados a miséria eram as instituições ligadas as igrejas, que encaminhava as pessoas portadoras dessa condição para asilamento ou internação, por considerar os pobres como doentes e frágeis. A assistência se restringia na atenção á saúde, o Estado contribuía dando apoio e fiscalizando esses organismos, conhecidos como casas de misericórdias destinadas a atender estes pobres. A assistência era praticada como forma de caridade e benevolência.

Com o processo de acumulação capitalista conseqüentemente as questões sociais se acirram, fazendo com que surjam novas intervenções na vida dos sujeitos. Sendo tratada agora a questão social como uma questão política de responsabilidade do estado. Isso se tornou possível diante da ineficiência da sociedade civil para tratar as questões sociais sob a ótica da caridade, mediante as pressões da população por novas intervenções. O Estado passa a oferecer serviços como meio de acalmar as tensões, mediando a relação entre as massas, promovendo o bem-estar da sociedade, protegendo os mais fracos e proporcionando condições de vida mais humanas, que seria possível através do trabalho, considerado este, um direito e dever do homem, para alcançar uma posição considerável na sociedade.

Para essa nova incorporação do estado, é chamado a dar subsídio a sua intervenção, o Serviço Social com seus procedimentos racionais, com o objetivo de operacionalizar a assistência. “A ação do Serviço Social, trabalhando as potencialidades de indivíduos, grupos e comunidades, faria emergir as energias para o auto-desenvolvimento”. (SPOSATI, 2008, p. 47)

Ampliam-se os serviços e os programas, e o assistente social ver a sua área de atuação ampliada e é convocado a trabalhar. A partir daqui os serviços sociais caracteriza-se por menor perda e maior alcance, passando o seu sentido de benefício para o Estado. No ano de 1938, ocorreu o Decreto Lei de nº 525 que organiza o Serviço Social como modalidade de serviço público por intermédio do Conselho Nacional de Serviço Social que tinha como propósito que as verbas fossem manipuladas.

Em 1942, surge a primeira instituição de assistência social (LBA), que de início atendia os familiares dos pracinhas que foram para 2ª guerra, com caráter assistencialista, tendo a frente de sua presidência à primeira dama Darcy Vargas. É nesse momento que o estado se legitima junto aos pobres. Posteriormente, o trabalho realizado nesta instituição ganha maior visibilidade e firma parcerias com paróquias, com ações assistenciais, destinada a atender o idoso, com o Centro de Convivência, e serviços para atender as crianças. A assistência nesse período tinha como propósito conter os movimentos operários. Suas ações se reduzem a práticas clientelistas, trabalhando o problema como desajuste social, como forma de não culpabilizar o capital, com isso as relações entre as classes se tornaria harmônica.

Ainda neste ano foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com o objetivo de fazer com que a força de trabalho fosse qualificada para atender as exigências da indústria. Em 1946 veio SESI (Serviço Social da Indústria), com o compromisso de promover o bem-estar do trabalhador, como forma de controlar todas as suas ações. Sendo a intervenção do profissional de Serviço Social voltada a atender os interesses dos empregadores, e evitar as manifestações. As atividades realizadas por estes profissionais resumiam-se a ajudas materiais ou financeiras para as pessoas que apresentavam problemas graves que comprometia sua subsistência. Diante essas ações paliativas e clientelistas o assistente social vai se negar a praticá-la.

Nesse mesmo ano foi criada a Fundação Leão XIII, pertencente ao estado, tendo como parceiros as igrejas, e trabalhavam nas favelas por ser uma área que apresenta maiores problemas decorrentes da pobreza. Sua forma de intervenção era na educação, pois a comunidade na sua maioria era analfabeta, e o Serviço Social iria desenvolver o seu trabalho voltado para a educação, com o propósito de educá-los conforme seus interesses, evitando os confrontos. Tendo em vista que essa fundação não reconhecia o antagonismo social como sendo advindo da exploração do capital pelo trabalho, e sim como falta de educação e cultura. As práticas nesse período eram somente paliativas.

Surgem novas preocupações decorrentes do pós-guerra. A década de 1950 busca uma libertação do colonialismo e das idéias comunistas. “Expande-se a partir daí os programas de

alfabetização de adultos, formação de mão-de-obra, formação social e desenvolvimento comunitário”. (SPOSATI, 2008, p. 47) A ampliação das políticas sociais se deu como forma de acabar a dependência, e promover a entrada da população no mercado de trabalho, como estratégia de atender as perspectivas da produção industrial.

Nessa década buscava-se transformar o Brasil em um país desenvolvido, apostando suas investidas no setor econômico, porém o Brasil não saiu do patamar de país subdesenvolvido. Em decorrência da busca pelo desenvolvimento, isso ocasionou o aumento das questões sociais, tendo em vista que a ideologia predominante justificava que o desenvolvimento seria eficaz, ao ponto de solucionar todos os problemas, inclusive a melhoria de vida para a população pobre.

A busca pelo desenvolvimento ocasionou diante do alto índice de expansão da produção, da inflação, e do êxodo rural mais problemas para os trabalhadores, como a queda do poder aquisitivo dos salários, e o processo de pauperização da força de trabalho, fazendo surgir movimentos reivindicatórios em busca de melhores condições de vida. A demanda por assistência se apresenta, sendo enfrentadas pelas políticas sociais, com ações setoriais, que se comprometia apenas em amenizar a pobreza que se apresentava para a classe trabalhadora.

Se instaura no Brasil um novo período conhecido como o Golpe Militar de 1964, onde o estado passa a tratar a questão social de forma repressiva, é retirado o direito das pessoas a se manifestarem, e os que se submetiam eram mortos. A repressão era parte de uma estratégia, que tinha como objetivo acabar com as mobilizações. As políticas assistenciais tinham caráter assistencialista e apesar de toda a censura e repressão foram criados alguns programas como creches, alfabetização e Mobral. Pelo fato do acirramento da miséria, o estado promove novas formas de intervenção.

Os direitos sociais nesse período eram enfrentados com políticas sociais que visavam o controle da população, e o governo atendia as demandas somente dos que achavam ser merecedores, reforçando o caráter assistencialista das políticas sociais. Todas as medidas e programas ampliados nesse período era uma estratégia de desmobilizar os movimentos sociais, que reivindicava por melhores condições de vida e trabalho, diante a pobreza que se alastrava, exigindo do Estado novas formas de intervenção. Surgem os programas com o intuito de possibilitar ao sistema capitalista novas formas de acumulação. Um exemplo desse programa foi a formação de mão-de-obra.

Devido à ineficiência de intervenção do estado, os profissionais de Serviço Social começam a repensar suas práticas. Em 1979, aconteceu o III Congresso Brasileiro de

Assistência Social, onde foi discutida a questão da miséria que assolava a população. A partir daqui a prática profissional torna-se transformadora.

O período constituinte é o momento de elaboração e organização para ampliar a democracia brasileira. Porém, no mesmo período ocorria uma crise no campo econômico, onde se buscava diminuir as inflações, para posteriormente ocorrer o crescimento econômico, em detrimento do crescimento ou melhoramento no campo social.

No período de 1985, ocorreu a primeira eleição depois dos governos militares, devido a organização e luta realizada pelas diferentes camadas da sociedade, onde ficou conhecida como as “Diretas Já”. Foi eleito José Sarney que governou no período de 1985 a 1990, buscava reorganizar a política sobre o prisma da democracia, rompendo com o clientelismo e promovendo mudanças no sistema político, econômico e social. Decorrentes dos períodos anteriores aumenta-se a desigualdade social, em especial os dos militares, que se orientava no desenvolvimento econômico, ocasionando uma distribuição de renda péssima, gerando o aumento da demanda por políticas sociais. Porém como se estava no período de elaboração da constituinte, cresce o debate sobre cidadania, sendo efetivados os debates em 1988, através da Constituição Federal, onde ficaram estabelecidos os direitos políticos, civis e sociais como deveres do estado.

A assistência social brasileira até 1988 esteve sempre ligada a praticas assistencialistas, clientelistas, de caráter conservador, negando a noção de direito social. Os governos anteriores se restringiam em atender as pessoas como clientes, e já mais como cidadão de direitos. A assistência social com toda sua trajetória histórica assistencialista, tornou-se direito mediante idéias que foram surgindo com relação aos direitos humanos, que questionava que não deveria haver só legislações trabalhistas, mas também, as que garantam suprir as necessidades sociais do trabalhador e sua família. Outro fator foi a crise estruturada, advinda da reestruturação produtiva, que conseqüentemente aumentou as demandas para a assistência social, em virtude de não achar espaço nas políticas trabalhistas.

Toda essa transformação é decorrente da participação política da população. Passando a assistência social a ser reconhecida como direito, e não mais como favor, se configurando como uma política pública de proteção social e que integra o sistema de seguridade social de forma não contributiva, voltada para quem dela necessite. Isso foi possível mediante o esforço das camadas populares, frente a recusa do governo que queria permanecer com as políticas assistencialistas. A entrada da assistência social a seguridade social, vai concedê-la como uma política social destinada a atender a população excluída, considerando o cidadão como uma pessoa de direito.

Foi a Constituição Federal de 1988 que trouxe a possibilidade de transformar a assistência social em lei, estabelecendo uma relação entre o Estado e a sociedade para atender as necessidades sociais. Esta constituição veio estabelecer os direitos do cidadão, e os deveres do estado para com os mesmos. Passando a ser reconhecida como política pública, adentrando a seguridade social, sendo prestada a quem dela necessite, sem nenhuma contribuição.

Segundo Mestriner (2005), foi neste momento que os direitos de cidadania foram ampliados ganhando dimensão social, estabelecendo os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, sendo assegurados os direitos de associação profissional e sindical, de greve, introduzindo novas formas de gestão para as áreas sociais, relacionadas à descentralização participativa. A assistência social nessa conjuntura torna-se uma política pública, apesar dos governos adotarem uma postura de resistência para efetivar a mesma como política. Por meio de interesses próprios continuam suas ações com práticas assistencialistas.

O período de 1990 a 1992 deixa marcas para assistência social brasileira. Adentra o governo Collor com o objetivo de intervir na economia, e a questão do social era de caráter populista, clientelista e assistencialista, desconfigurando os direitos anteriormente conquistados. Tornando-se complicado efetivar a assistência social. Criou no seu governo, o Ministério de Ação Social, que tem relação com as instituições assistencialista, no caso a LBA e a FUNABEM, onde suas ações se restringiam a práticas caritativas, recorrendo a solidariedade, e transferindo suas ações para as associações. Houve também com a criação dessas instituições desvio de verbas para fins próprios, ficando visível que o mesmo trabalhava as desigualdades sociais de maneira fragmentada.

Rejeição aplicada do padrão de seguridade social [...] Em vista disso, o governo retirou a tentativa de administração passada de desvincular os benefícios previdenciários e da assistência social do valor do salário mínimo; relutou em aprovar os planos de benefícios e a organização do custeio da seguridade social; vetou integralmente o projeto de lei que regulamentava a assistência social, e represou por vários meses a concessão de benefícios previdenciários. (PEREIRA, 2000, p. 163)

Mediante denúncias de corrupção o presidente Collor é retirado do poder, através do processo de impeachment. A política social em 1993 se transforma, no que diz respeito ao caráter assistencialista para direito, através da LOAS que regulamenta a assistência social de acordo com a Constituição Federal de 1988, estabelecendo critérios para a efetivação dessa política. Tendo a Lei de nº 8.742/1993, sua definição através do artigo 1º, onde fica explícito a responsabilidade do estado para com os cidadãos de provê os mínimos sociais, sendo direito

de cada indivíduo, Por meio de ações que envolva a iniciativa pública e a sociedade, como forma subsidiar o atendimento das necessidades básicas, de forma não contributiva.

Conforme Simões (2009), A política de assistência social tornou-se uma política de Estado e direito social, decorrente da Constituição Federal, tendo como princípio a universalização de acesso, com o objetivo de colocar a população no sistema de bem-estar. Tendo como finalidade a legitimidade das demandas de seus beneficiários e usuários, interagindo com as demais políticas públicas de garantia de direitos sociais, sendo regulamentada pela a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993.

De acordo com Pelaes (2008), A assistência é uma política pública voltada para a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, amparando às crianças e adolescentes carentes, trabalhando na habilitação e reabilitação dos cidadãos com deficiência, promovendo a inclusão à vida comunitária, garantindo ainda ao deficiente e ao idoso que não possuem meios de provêr suas necessidades nem de tê- lá provida pelos seus familiares, a garantia de um salário mínimo.

Todas essas conquistas supracitadas anteriormente foram possíveis mediante lutas, manifestações populares, conquistadas pela sociedade brasileira. Ao adentrar nos anos de 1990, ocorre uma contra reforma do Estado brasileiro no que se refere ao social, tendo um retrocesso para a assistência, permanecendo com caráter assistencialista. O governo nesse período tinha como objetivo investir no campo econômico, reduzindo os investimentos para o campo social, incentivando as políticas residuais.

Com a regulamentação da política da assistência, através da LOAS possibilitou uma mudança no que diz respeito ao assistencialismo, tornando-se uma política de direito, e regulamenta a assistência social de acordo com a constituição, estabelecendo critérios para a efetivação da mesma. Segundo Yazbek (1995), significou uma vitória para a sociedade civil, por meio de mobilizações que representa os usuários dos serviços de assistência social, como também a contribuição das (ONGS), ocorrendo à conquista de direito.

Isto se deu pela necessidade de considerar o cidadão brasileiro, como sendo um indivíduo portador de direitos, tendo em vista os seus direitos já terem sido violados por muitas vezes. Esta conquista possibilitou ampliar o atendimento, não se restringindo somente as necessidades básicas da população, como também uma política comprometida em atender os cidadãos carentes, vulnerável, na busca de refazer e se tornar permanente os laços familiares e comunitários, como forma de sobressair de situações de risco, e conseqüentemente da pobreza.

Esta lei vem da continuidade ao artigo 203 da Constituição Federal 1988, onde é estabelecida a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão, fazendo parte do tripé da seguridade social, não contributiva, garantindo os mínimos sociais, através de iniciativa pública e da sociedade, com o propósito de atender as necessidades básicas da população que se encontra em situações de vulnerabilidade social de acordo com o artigo 1º da CF 1988.

A LOAS tem como propósito regulamentar os princípios e as diretrizes presentes no texto constitucional, tornando-se de grande importância para o desenvolvimento das políticas públicas referentes à assistência social, e contribui para transformar o assistencialismo presente na história, pois as políticas se reduziam anteriormente as práticas paternalistas.(PELAES, 2009). Ainda na percepção da mesma autora, a LOAS vem se configurar em ações governamentais planejadas, com o propósito de efetivar a integração dos menos favorecidos. Ganhando a assistência social uma nova visibilidade, adentrando nas esferas federais, estaduais e municipais.

O governo de Fernando Henrique Cardoso de 1995-2003, priorizou o campo econômico, e não o social, diminuindo os investimentos para área de assistência social, restringindo suas ações em programas solidários, políticas residuais e não universalizantes, ferindo os princípios da constituição, tendo em vista que o seu governo orientava-se no paradigma neoliberal, com isso as políticas sociais tornaram-se fragmentadas e seletivas, diante do pouco investimento para a mesma, configurando-se como uma política excludente.

Os avanços na política de assistência social ocorreram com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, apesar de ser presente a questão do populismo. Foi em 2003, em seu governo que aconteceu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, marco para a elaboração do Sistema Único de Assistência Social(SUAS), efetivado em 2005 a NOB-SUAS. Nesta conferência foi discutido também a PNAS, sendo implantada em 2004 por decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, ela vai estabelecer as funções para que o SUAS seja implantado e regulamentado sua forma de fundamento pela norma operacional básica.

Esta política com caráter nacional definiu a assistência social como sendo uma política de proteção social, destinada a atender as pessoas que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social. Sendo considerada de grande importância sua implantação, pois a mesma contribuiu para que o Estado garantisse a universalização dos direitos dos brasileiros que se encontram desprotegidos.

A sua publicação ocorreu em 28 de outubro de 2004 e foi aprovada mediante os esforços das diversas instituições, como também pessoas anônimas, com o intuito de efetivá-la como política pública de Estado, definida em lei, superando a visão que se tinha da assistência relacionada a caridade, ao clientelismo, onde não se tinha o compromisso do Estado, e nenhuma relação com as políticas públicas.

A Política Nacional de Assistência Social reconhece todos os tipos de desigualdade, e busca superá-las através dos direitos universais. Destina-se as pessoas que se encontram em área de vulnerabilidade e risco pessoal e social de forma não contributiva. Para Simões (2008), a Política Nacional de Assistência Social tem como objetivo promover a defesa dos interesses e necessidades sociais, em especiais daqueles que se encontram excluídos decorrentes da situação de pobreza. Promovendo ações de proteção, prevenção, promoção e inserção, como também ações que venham reduzir ou prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, atendendo necessidades emergenciais advindas de problemas pessoais ou não.

Diante a provação da PNAS, a mesma procurará atender as demandas que se apresenta na sociedade, como sendo de responsabilidade do Estado, e direito de todos os cidadãos. Ela expressa a materialidade do conteúdo da assistência social, como sendo um pilar do sistema de proteção social brasileira no âmbito da seguridade social. (PNAS, P11). Assegurando ainda a proteção social pública de seguridade social e da defesa da cidadania em todo território brasileiro, de acordo com as necessidades que vão se apresentando, sem caráter contributivo. Segundo o que regi a PNAS/2004, a função da assistência social é a proteção social básica e especial, à vigilância social, e a defesa dos direitos sócios assistenciais.

Os objetivos presentes na política pública de assistência social é trabalhar de forma integrada com as políticas setoriais, enxergando as desigualdades como sendo socioterritoriais, enfrentando-as através da garantia dos mínimos sociais, atendendo as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, objetivando realizar serviços, programas, projetos e benefícios através da proteção social básica ou especial para todas as famílias que necessitam; trabalha a inclusão e a equidade dos usuários, possibilitando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais, para moradores da área urbana ou rural; as ações da assistência social têm como centralidade a família, garantindo a convivência familiar e comunitária.

De acordo com as diretrizes da Loas é implantada a NOB/SUAS de 2005 construída mediante o esforço do Conselho Nacional de Assistência Social. Conforme Simões (2009), o SUAS é um sistema público, descentralizado, participativo e não contributivo que tem como finalidade organiza e regula as responsabilidades de cada esfera de governo.

O Sistema Único de Assistência Social- (SUAS) se refere a um modelo de gestão, sendo ele descentralizado e participativo, constituindo-se na regulação e organização de todo o território nacional, com relação as ações socioassistenciais. O SUAS significou a materialização do conteúdo da LOAS, sendo cumprido no tempo histórico dessa política as exigências com o objetivo de alcançar suas finalidades, que seria os direitos de cidadania e a inclusão social.

O SUAS é um sistema nacional, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos governos das três esferas, Estadual, federal e municipal. O principal objetivo do SUAS é garantir que seja cumprido as diretrizes presente na LOAS de 1993. Pois a Lei Orgânica da Assistência Social ela regulamenta e ainda amplia assistência social como conceito de política pública de seguridade, de acordo com Constituição Federal de 1988.

Tem suas diretrizes fundamentada na LOAS, onde o município passa a ser tratado como ente-federal no repasse de atribuições e recursos financeiros, promovendo a participação da população através dos conselhos, com o objetivo de fiscalizar e exercer o controle social, conduzido a política sobre a primazia do estado e mantendo a centralidade na família, trabalhando não mais por segmento e sim no contexto familiar.

Conforme Battine (2007), o SUAS vem organizar as ações sócio-assistenciais, tendo por base o território, e a tensão maior a família, com o propósito de reduzir os problemas existentes na família, ofertando serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica e sócio-assistenciais. Sendo o SUAS um modelo de gestão que defini como deve ser as ações, estabelecendo princípios, diretrizes, objetivos, e determina as funções assistenciais em proteção básica e especial.” Os eixos estruturantes do sistema são a matricialidade sócio-familiar; a definição do território como lócus da descentralização; novas bases de pactuação entre Estado e sociedade civil”. (MOTA, 2008, p .191)

Houve o reconhecimento da família através da Constituição Federal de 1988 no seu artigo 226, onde relata a família como sendo a base de toda uma sociedade e protegida pelo Estado. Esta matricialidade possibilita a superação da focalização, atendendo a família, seus membros e indivíduos de forma universal. Os problemas de um determinado território são resolvidos através da inclusão social e o melhoramento da qualidade de vida. Identifica os problemas por meio de recortes territoriais, propondo soluções, utilizando-se de políticas públicas como forma de superá-los. A sociedade civil passa a participar da execução dos programas, como também na formulação.

A proteção social se refere a um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS, tendo como objetivo superar e prevenir o impacto das vicissitudes sociais e naturais. Esta proteção tem como princípios a matricialidade sócio familiar, a territorialização, a proteção pró-ativa, integração á seguridade social, integração as políticas sociais e econômicas. Com isso garante à segurança de acolhida, a segurança social de renda, a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social, segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.

O SUAS consolida a PNAS, tendo como forma de organização os serviços sócio-assistenciais, a vigilância social, sendo observado o índice de territorialização das situações de vulnerabilidade e risco tanto social como pessoal que se apresenta nas famílias, é o monitoramento dos usuários. Garantindo a defesa dos direitos das famílias, de acordo com a demanda, oferecendo qualidade nos serviços. A proteção social de acordo com SUAS é dividida em duas modalidades de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A proteção social básica tem como finalidade prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nesta proteção são realizados programas, serviços e projetos locais que tem como objetivo acolher as famílias e indivíduos, trabalhando a socialização dos mesmos de acordo com as vulnerabilidades apresentadas. Promove também a inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas mais variadas ações. Ofertando ainda os benefícios de prestação continuada e eventuais.

O primeiro atendimento ocorre na proteção social básica, e tem como objetivo trabalhar na prevenção de situações de riscos, tendo como público alvo a população que estar em situação de vulnerabilidade, decorrente da pobreza, privação de renda, discriminação, deficiências entre outros fatores. Trabalha na função de prevenir possíveis situações de risco individual, familiar e comunitário. Esta proteção segundo o MDS (2004), o foco central é família, oferecendo a elas um conjunto de serviços locais que tem como finalidade a convivência, á socialização e o acolhimento, onde os seus vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Nesta proteção ocorre a articulação das políticas públicas locais, com os programas, serviços e benefícios de proteção social básica, como garantia de sustentabilidade das ações realizadas e o protagonismo das famílias atendidas, como estratégia de romper com as condições de vulnerabilidade e previne situações de risco. A mesma articula-se ainda a proteção social especial, por meio da garantia dos encaminhamentos quando necessário.

Sendo os serviços da proteção social básica executado de maneira direta nos Centros de Referência da Assistência Social-(CRAS), não se restringindo somente a este equipamento, mas poderá ser executados em outras instituições públicas de assistência social, e de forma indireta nas organizações sociais que estão localizadas na área de territorialização do CRAS.

A proteção social especial se refere ao atendimento destinado as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, pelo fato de sofrer algum tipo de violência física ou psicológica, situação de rua, abuso sexual e outras. O trabalho é realizado pelo fato da situação já existe. Nesta proteção os serviços se dividem em média complexidade e alta complexidade.

Na proteção social especial de média complexidade, os seus serviços são oferecidos a famílias e indivíduos que tiveram os seus direitos violados, sendo que, no entanto os seus vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nesta proteção se faz necessário maior atenção de forma especializada e individualizada, para um melhor acompanhamento dos serviços de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, medidas sócioeducativas em meio-aberto, sendo prestação de serviços a comunidade e liberdade assistida. A mesma esta relacionada ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS, com o intuito de orientar ao convívio sociofamiliar e comunitário. O atendimento se restringe a situações problemas onde os direitos foram violados.

Já a proteção de alta complexidade vem garantir a proteção integral, as famílias e indivíduos que se encontram sem referência, ou vivencia situações de ameaça, sendo necessário ser retirado do seu convívio familiar ou comunitário, fazendo o encaminhamento dos mesmos para; o atendimento integral institucional, casa lar, república, casa de passagem, albergue, família acolhedora, medidas sócio-educativa, entre outras.

Anteriormente ao SUAS, pela portaria de nº 78 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome foi criado o PAIF (Programa de Atenção Integral a Família), tendo como objetivo atender de forma integral as famílias, trabalhando no sentido de proteger as pessoas de situações de risco, procurando fortalecer os vínculos familiares e também comunitários, fortalecendo a autonomia das famílias.

Para que fosse materializada a proposta do PAIF, foi criado o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que desenvolvem ações de proteção social básica, tendo sua base municipal e se integra no SUAS. Para a implantação do CRAS é necessário um

estudo para ver qual a área que tem maior índice de vulnerabilidade e risco social. Essa unidade trabalha prestando serviços e programas sócio-assistenciais.

Em 2006 através da Conferência Nacional é criada a NOB/RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos), a mesma prega a qualidade e eficácia com relação aos serviços prestados. Solicita a realização de concursos públicos para as instituições, estabelece o número de profissionais, e capacitação contínua para determinada instância. Valoriza os profissionais por incentivar planos de cargos.

Ao longo da história mediante lutas e mobilizações, foram conquistados direitos legalizados na Constituição Federal de 1988. Porém com a contra-reforma ocorreu um retrocesso nos direitos anteriormente conquistados, desrespeitando o que rege a Constituição. Com os governos novos rumos são tomados, em especial no governo de Lula que significou um salto no que diz respeito ao social, porém as políticas destinadas a assistência social continuam clientelistas, focalizadas, seletivas, emergenciais, ferindo o direito que estabelece a universalidade de acesso, pois é estabelecido critérios e condicionalidades nos programas da assistência social, tornando-se uma política excludente.

Apesar de a assistência social ter sido legalizada como direito de cidadania, não está sendo efetivada na prática. Diante da seleção é desconfigurada a idéia de atender todos aqueles que dela necessitam, abrindo espaço para as instituições filantrópicas, para suprir a ineficiência do Estado, que passa a se eximir de suas responsabilidades, transferido-as para a sociedade com suas ações emergenciais, não diminuindo as desigualdades existentes na sociedade. Por isso, se faz necessário que todos os cidadãos reivindiquem para que os seus direitos sejam concretizados, e que os mesmos sejam reconhecidos enquanto ser de direitos, rompendo com a cultura que prevalece até os dias atuais, que considera a assistência social como favor por parte dos órgãos políticos.

2.2 Centro de Referência de Assistência Social e o Programa de Atenção Integral a Família

O Centro de Referência de Assistência Social- CRAS é considerado uma unidade pública estatal de caráter descentralizado da política de assistência social. Tendo este, o dever de organizar e ofertar os serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, e as ações do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF, nas localidades que apresentam vulnerabilidades e riscos sociais. Sendo de base territorial, é considerado a principal porta de entrada do SUAS, pelo fato de possibilitar o acesso significativo de famílias á rede de proteção social de assistência social.

O CRAS veio materializar as propostas do PAIF, criado em 18 de abril de 2004, pela Portaria de Nº78 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, aprimorando as ideias propostas pelo Plano Nacional de Atendimento Integral à Família, criado no ano de 2003. O PAIF é considerado um dos principais programas de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social. O mesmo busca desenvolver ações e serviços básicos continuados, destinados às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo suas ações concretizadas através do CRAS, sendo este, uma unidade pública da política de assistência social, tendo sua base municipal, e se integra ao SUAS. Constitui-se como um espaço físico público, que deve ofertar além dos serviços do PAIF, programas, projetos, benefícios e serviços de proteção social básica, referente à segurança de rendimento, autonomia, acolhida, convívio familiar e comunitária.

Sendo um equipamento que trabalha com os serviços da proteção social básica, tendo como base o território, ele deve ser implantado em localidades que apresentam maiores índices de vulnerabilidades sociais, tendo o objetivo de organizar e executar os serviços dessa proteção, trabalhando com ações que venham a prevenir situações de risco social, incentivando o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Sua localização deve levar em consideração as situações de vulnerabilidade e risco social presente em uma determinada área.

É importante destacar, segundo a Norma Operacional Básica/SUAS, que não é fácil identificar essas situações, tendo em vista não se ter estatísticas nacionais referentes às questões de violência, negligência e abandono. Em virtude da dificuldade de diagnosticar as áreas mais vulneráveis, a NOB-SUAS, estabelece que o CRAS seja implantado em localidades que apresenta maior número de famílias, com renda mensal de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, levando em conta que as questões de vulnerabilidades sociais, aumentam em decorrência do empobrecimento das famílias, esses territórios tornam-se mais vulneráveis, por ser desprovido de serviços, o que requer maior atenção por parte do Estado.

Esta unidade tem por objetivo trabalhar na prevenção de situações de vulnerabilidades e riscos sociais presente no território, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Sendo este referência para o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, de sua área de abrangência.

Os serviços realizados neste espaço têm caráter preventivo, protetivo e proativo. E para o alcance dos objetivos esperados, se faz necessário planejar as ações, ter conhecimento

sobre o território no qual se estar atuando, como também conhecer as famílias que ali residem, vendo suas necessidades e potencialidades, fazendo o mapeamento das ocorrências de situações de risco e vulnerabilidade social. Todas as suas ações fundamentam-se nos objetivos do PAIF, que tem por finalidade contribuir para a prevenção e superação de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover aquisições sociais e materiais as famílias, com o propósito de fortalecer o protagonismo e a autonomia.

Conforme Simões (2008), o CRAS funciona no intuito de assegurar condições necessárias para que os sujeitos desenvolvam suas capacidades, conseqüentemente superando o quadro de exclusão, que possibilita a ocorrência de violação de direitos. O seu foco maior consiste na família, trabalhando no fortalecimento dos vínculos, com ações intersetoriais que buscam a sustentabilidade com o propósito de romper com a pobreza e evitar que os direitos das famílias e seus membros sejam violados. Segundo a PNAS este equipamento fornece informações e orientações sobre os direitos dos usuários, realizando encaminhamentos quando necessário, como também o acompanhamento.

De acordo com Simões (2008), é de responsabilidade do CRAS as ações que fortaleça os vínculos intrafamiliar, fortalecendo a convivência comunitária e o desenvolvimento de pertencimento as redes micro territoriais, devendo ainda fornecer informações e orientações, encaminhamento oferecendo aos usuários condições para incluí-los em programas, projetos, benefícios e serviços da rede de proteção social básica e especial, como também das demais políticas públicas. O mesmo sendo referencia territorializada respeita e valoriza as heterogeneidades e as particularidades de cada grupo.

Esta unidade tem o intuito de ser reconhecida como um equipamento de referência da assistência social, trabalhando para que sejam efetivados os direitos sócio-assistenciais, promovendo ações que previnam situações de risco, através do fortalecimento vínculo familiar e comunitário. Este equipamento assegura aos sujeitos as condições necessárias para desenvolverem suas capacidades, com a estratégia de sair de situações de vulnerabilidades sociais.

Os profissionais que integram a equipe do CRAS desenvolvem as atividades voltadas para os destinatários do PAIF, sendo eles, a população que apresenta situação de vulnerabilidade social, advinda da pobreza, privação, à ausência de renda, que não tem acesso aos serviços públicos, para pessoas que apresentam fragilidades com relação aos vínculos familiares e comunitários, situações de discriminação, famílias beneficiárias do PBF, os idosos e pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e que tem o BPC. Trabalhando

sempre por meio de orientações, informações, mostrando aos usuários os seus direitos, e apresentando formas de como efetivá-los.

Sem dúvida pode-se afirmar que o CRAS representa um avanço na política de assistência social, pois trabalha com pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade social, decorrente de fatores econômicos, políticos ou sociais, com o objetivo de superar estas situações e valorizar as potencialidades da comunidade. Devido esta instituição se encontrar em áreas que há uma maior incidência de pobreza, isso possibilita ver quais os principais problemas que incidem sobre essa comunidade, através de um estudo social, e superá-los posteriormente, com o auxílio da rede sócio-assistencial e setorial.

As famílias dentro do CRAS têm a possibilidade de desenvolver suas capacidades, através de oficinas e cursos profissionalizantes, promovendo a possibilidade de adentrar no mercado de trabalho, não considerando está instância só de caráter emergencial, para superar os problemas, mas tendo uma nova visão, pois além de prevenir, superar uma situação vivenciada, trás a oportunidade de desenvolver suas potencialidades, dando uma nova direção na vida dos sujeitos.

2.3 Perfil institucional

O Centro de Referência de Assistência Social- (CRAS) é uma unidade pública de base territorial, localizado em uma área de vulnerabilidade social, estando vinculado á proteção social básica, que tem como objetivo prevenir situações de riscos, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tendo como publico alvo famílias, membros e indivíduos referenciados na área de territorialização do CRAS- 1 de Brejo Santo-CE.

O CRAS 1 de Brejo Santo-CE, inaugurado dia 24 de março de 2004, localizado na rua Francisco Gomes Sobral, Nº 171, no bairro Alto da Bela Vista, funciona em um prédio adaptado pela prefeitura municipal, onde antes funcionava uma fabrica de rede. Esta área apresentava maiores incidências de vulnerabilidades sociais, fazendo-se necessário a implantação do CRAS, que durante muitos anos permaneceu com uma estrutura física inadequada para atender as demandas dos usuários, nem disponibilizava nos seus ambientes de acessibilidades para as pessoas portadoras de deficiência.

Atualmente a realidade desse espaço sócio-ocupacional é outra, tendo em vista adequar os seus serviços a nova tipificação. Pois como forma de organizar os serviços sócio-assistenciais, no ano de 2009, através da resolução de Nº 109 é publicada no Diário Oficial da

União a tipificação nacional de serviços sócio-assistenciais, que organiza os serviços de proteção social básica e especial. Os serviços da proteção social básica devem oferecer os serviços de proteção e atendimento integral a família, convivência e fortalecimento de vínculos, serviços ao domicílio para pessoas com deficiência e para os idosos.

A tipificação define a descrição dos serviços que deve ser ofertados pelos os CRAS, definindo quem serão os usuários deste serviço, os objetivos para cada ação específica como também em qual espaço devem funcionar este equipamento social, estabelecendo como deve ser o espaço físico, os recursos materiais, os sócio-educativos, os humanos para o bom funcionamento dessa instituição. Descreve no seu texto as aquisições dos usuários, como a segurança de acolhida, o convívio familiar e comunitário, desenvolvimento da autonomia, estabelecendo ainda as condições de acesso, o período de funcionamento, a abrangência, a necessidade de articulação com as redes, e o impacto social esperado que deva ser atingido, e definindo um serviço específico para cada usuário, crianças, adolescente, jovens e idosos.

Os Centro Referencia de Assistência Social estão adequando os seus serviços a essa nova tipificação, e com o CRAS 1 de Brejo Santo não é diferente, que de início procurou transformar o seu espaço físico em um ambiente adequado para atender a todos, ampliando os espaços e tornando-os acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência. Todas as suas ações estão ainda em processo de adequação. Apresenta atualmente em sua estrutura física: 1 sala de recepção, 1 copa, 2 banheiros, 1 sala de oficina, 1 sala de triagem para assistente social e a psicóloga, 1 sala de coordenação e um salão para eventos. Tendo como equipe técnica: 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 enfermeira, 3 agentes sociais, 1 agente administrativo, 2 vigilantes, 4 auxiliares de serviços gerais e 2 facilitadores para os grupos.

Sua área de abrangência é de 5.000 mil famílias referenciadas, no entanto são cadastradas apenas 680, e sua meta de atendimento é de 1.000 pessoas por ano. Esta instituição é destinada a atender as famílias referenciadas nos bairros Alto da Bela Vista, Araujão 1 e 2, Baixo dos Lopes, Capilé, Coração de Jesus, René Lucena 1 e 2, Lagoinha, Raimundo Fernandes, São Felipe, Baixo do Boi, Uburanal, Cavaco, Xiquexique e Luzia Leite. Sendo famílias com renda per capita $\frac{1}{2}$ salário mínimo vigente, crianças e adolescentes expostos a situação de risco pessoal e social, idosos, famílias beneficiadas pelos programas federais, principalmente os da assistência social.

Sendo este um equipamento de referência de assistência social, trabalha na efetivação dos direitos sócio-assistenciais, realizando ações que previne situações de risco, através do fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, oportunizando condições

necessárias para que os sujeitos desenvolvam suas capacidades, e conseqüentemente superem situações de vulnerabilidade social.

Esta instituição articula os serviços da Proteção Social Básica com as demais políticas públicas, tendo como objetivo promover um atendimento integral necessário, para que os sujeitos possam superar as situações de vulnerabilidades. O mesmo estar vinculado a política de assistência social, tendo seus recursos financeiros providos pelo governo federal, prefeitura municipal, executora secretaria do trabalho e desenvolvimento social, tendo como parceiros instituições públicas e privadas que integram a rede de serviços assistenciais do município.

Para a população dos bairros referenciados é oferecido encaminhamento para o BPC (Benefício de prestação continuada), benefícios eventuais, oficinas, cursos, grupos sócio-educativos para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Os grupos são divididos por faixa etária, sendo trabalhados temas específicos de acordo com as características de cada grupo. Trabalhando a família nesta perspectiva de forma fragmentada, dificultando o conhecimento dos problemas em sua essência e como são visto no meio familiar.

Esta instituição promove a inserção das famílias de sua área de territorialização, nos serviços sócio-assistenciais, garantindo informações e orientações às famílias com relação às redes de serviços existentes no município. Fazendo encaminhamento da população local, para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando ações inter setoriais. Sua finalidade consiste em assegurar a garantia dos direitos para as famílias, promover o desenvolvimento social, a autonomia da comunidade, prevenir o rompimento dos vínculos familiares e comunitários, superar a exclusão social e a vulnerabilidade, propiciando a inclusão.

Este equipamento realiza mapeamento, organiza a rede sócio-assistencial de proteção básica e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social. Os profissionais que integram a equipe técnica do CRAS se empenham em efetivar a promoção de atividades e a inclusão social, em especial o profissional de Serviços Social. Sendo função do assistente social neste equipamento fornecer informações e orientações para a efetivação da cidadania.

Todas as atividades realizadas são direcionadas para os usuários que residem nos bairros já citados. Os profissionais utilizam-se de diversas estratégias para que os usuários sintam-se acolhidos, as atividades são elaboradas em equipe, fazendo surgir o plano de ação, podendo ser bimestral ou anual, sendo executada todas as ações contidas no plano, e após, faz-se o registro das ações realizadas, como forma de ganhar veracidade, sendo registrada por meio de relatórios. São feitas reuniões para avaliar as atividades realizadas, de acordo com o

parece técnico de cada profissional, com o objetivo de analisar as ações e buscar a melhoria dos serviços oferecidos, com o propósito de melhor atender os usuários.

As atribuições do profissional de Serviço Social dentro dessa instituição são as seguintes; visita domiciliares, preenchimento do cadastro do benefício de prestação continuada, realiza atendimento individual, com o intuito de conhecer a vida e as reais necessidades dos usuários, que são expressas nestes procedimentos, cadastros sociais para facilitar o acesso aos direitos sociais, realiza triagem, fiscaliza o conselho do idoso e da mulher, para que os seus direitos não sejam violados, encaminhamentos sociais para a rede sócio-assistenciais e setorial, e acompanhamento do projoovem.

O assistente social pela pratica que desenvolve, realiza entrevista, visita domiciliar tendo o cuidado de acolher os usuários, pois os mesmos se encontram em situações de vulnerabilidade sociais. Na sua ação profissional procura ir de encontro as defesas dos direitos humanos, em especial aqueles relacionados a política de assistência social. Realiza triagem fazendo a acompanhamento das famílias que já estão cadastradas no CRAS 1, como também realiza o preenchimento da ficha cadastral para as famílias que nunca fizeram parte, incluindo-as nos programas, oficinas e grupos.

Dentro dessa instituição o profissional de serviço social realiza o planejamento para uma determinada intervenção, pois o conhecimento e o planejamento são essenciais para uma intervenção adequada, como por exemplo, ter conhecimento das políticas e conhecer as redes sócio-assistenciais e setoriais, caso necessite de encaminhamentos. Para o registro de suas ações utilizam-se do livro diário, relatórios sociais, pareceres sociais, cadastro socioeconômico, triagem, registro de atividades, boletim diário de procedimentos.

Neste espaço sócio-ocupacional é solicitado por parte da coordenação que todos os procedimentos sejam registrados, pois poderá servir como documento para a instituição, como também uma forma de promover a integralidade do usuário, pois o mesmo poderá retornar, e tendo o seu caso já documentado irá facilitar o trabalho dos profissionais. Todas as ações são articuladas com os serviços das redes sócio-assistenciais e setoriais, como forma de promover uma melhor solução para aqueles que necessitem, trabalhando sempre no fortalecimento dos vínculos familiares a comunitários, protegendo-os de possíveis situações de risco social.

CAPÍTULO III- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

3.1 Tipo de estudo

O objetivo do estudo consiste em analisar as ações desenvolvidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Brejo Santo-CE, analisando se o mesmo de fato contribui para a prevenção de risco e vulnerabilidades sociais, e como os usuários compreendem estes serviços. Esta pesquisa trata-se de um estudo descritivo. “As pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2009.p.42).

Esta análise é de natureza qualitativa e quantitativa, pois se busca compreender a percepção que os usuários atribuem aos serviços prestados pelo CRAS-I, e possibilita a apreensão da realidade vivenciada pelos mesmos, sendo eles os sujeitos da pesquisa. “A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade”. (DESLANDES, 1995.p.90). A pesquisa quantitativa não se opõe à qualitativa, se complementam, pois de acordo com Richardson (2005), se caracteriza pela forma da quantificação.

3.2 Local e período do estudo

O estudo foi realizado no Centro de Referência de Assistência Social e através de visitas domiciliares na cidade de Brejo Santo-Ce, no período de Maio de 2011.

3.3 População e amostra

A população desse estudo foi constituída de 20 usuários do Programa de Atenção Integral à Família, referenciadas na área de territorialização do CRAS-I, correspondente a uma amostra por acessibilidade de 20%, diante do universo de 100 pessoas atendidas mensalmente. A amostra constituiu-se de pessoas de faixas etárias diversas e que participam de grupos diferentes. Os mesmos concordaram em participar da pesquisa, sendo entregue um termo de consentimento livre e esclarecido, onde foi esclarecido e assinado, sendo assegurado o anonimato.

3.4 Instrumentos e procedimentos metodológicos

Segundo Minayo (1992), uma boa amostragem, oferece condições de compreender os problemas em sua totalidade em suas múltiplas dimensões, por isso fez necessário um conjunto de procedimentos para a realização desse estudo, como ponto de partida para todos os tipos de pesquisa foi utilizado livros, artigos, revistas, documentos, jornais, monografias entre outros, como a finalidade de um conhecimento, mas aprofundado acerca do objeto de estudo, considerando-os um suporte para a construção da pesquisa. “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2009, p.44).

Fez-se o uso da observação participante durante o estágio supervisionado I e II no CRAS, que segundo Mann (1970), definiu como uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, fazendo com que o observador se torne um membro do grupo, vivenciando o que eles vivenciam, e o trabalho realizado de acordo com o sistema de referencia deles.

Tendo em vista que o presente estudo busca compreender como as ações desenvolvidas pelo CRAS são repassadas para os usuários e de que forma estas ações contribuem para a melhoria de suas vidas, fez-se o uso da entrevista, tendo em vista que essa técnica fornecera as bases que precisa-se para entender a problemática existente. A entrevista é utilizada para colher dados de forma qualitativa, possibilitando a compreensão dos determinantes que leva os usuários a não frequentarem o CRAS.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, com o propósito de colher informações sobre um determinado assunto, sendo utilizado para essa investigação social, coleta de dados, ou no diagnóstico e tratamento de um determinado problema social.

3.5 Técnica de coleta de dados

Os dados foram coletados por meio da técnica da entrevista, em Maio de 2011, depois do envio de um ofício, pedindo autorização para realizar a pesquisa, seguindo os aspectos éticos, informando o objetivo do estudo e a importância da participação dos entrevistados, ressaltando o anonimato dos participantes.

Após a coleta de dados, serão analisados através da análise de dados, sendo interpretado segundo a técnica qualitativa, sendo transcritas e transformadas em informações,

no intuito de contribuir para a melhoria das ações realizadas no CRAS-I de Brejo Santo-CE, com o propósito de assegurar aos seus usuários, condições necessárias para desenvolverem suas capacidades e pontencialidades, superando situações de vulnerabilidades sociais, e manter os laços familiares e comunitários.

3.6 Análise e interpretações de dados

Os dados qualitativos serão analisados a partir dos discursos dos participantes, compreendendo o significado de suas expressões, fazendo a leitura das respostas, descrevendo os resultados da pesquisa, por meio de leitura persistente ao tema.

3.7 Aspectos éticos

Todos os participantes da pesquisa receberam informações sobre os objetivos e os métodos da pesquisa, por meio de informações contidas no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Participaram da pesquisa somente aqueles que concordaram com o termo. Sendo identificados pela vogal U enumerada de acordo com o número de pessoas. Levando em consideração a resolução do CNS 196/96, nos seus aspectos éticos e legais, evitando todos os tipos de constrangimento envolvendo os seres humanos, garantindo o anonimato, a privacidade e a desistência em qualquer fase da pesquisa.

RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

Foram realizadas 20 entrevistas com os usuários do CRAS 1 de Brejo Santo-CE, tendo como critério de escolha a participação dos mesmos em algum programa, e que estivesse dispostos a colaborar com a pesquisa. Os dados dos entrevistados ficaram no anonimato por questões éticas, e serão substituídos pela letra U, enumerados de U1 à U20 de acordo com o número de participantes. Os dados foram colhidos no período de maio de 2011.

Em primeira análise perguntou-se o que é o CRAS-PAIF e qual a sua importância para esta comunidade: 70% ao responderem esta pergunta desmostraram a falta de conhecimento com relação ao CRAS e ao seu principal programa, mas que reconhece a importância de sua implantação para a comunidade, pois possibilitou profissionalizar as pessoas através dos cursos, 20% responderam que o CRAS seria a “casa da família”, e afirmaram sua importância na melhoria de vida da comunidade, ao passo que oferece cursos

de capacitação ,e 10% disseram ter conhecimento sobre o CRAS, sendo o mesmo, o centro de Referencia de Assistência Social, e afirma mais uma vez sua importância nos cursos, por proporcionar um complemento de renda para as famílias, tendo em vista profissionalizá-las para o mercado de trabalho.

“É uma bondade pra agente, e muito importante porque nós se distrai, por causa dos cursos, e aprendi alguma coisa (...)” (U8).

“Casa da família, uma coisa boa por que as meninas aprede a cortar cabelo (...)” (U16).

Ao demonstrarem não conhecerem o significado do CRAS-PAIF, foi repassado que o mesmo é um equipamento de base territorial, que trabalha no sentido de prevenir situações de risco social, buscando o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Tendo como principal programa o PAIF, (Programa de Atenção Integral à Família), que tem como propósito desenvolver ações e serviços básicos de caráter continuado, tendo como público alvo as famílias em situações de vulnerabilidade social. Sendo ressaltado que o CRAS enquanto um espaço físico além de oferta o PAIF, deve oferecer outros serviços de proteção social básica.

Como usuário deste equipamento, qual a sua percepção com relação aos serviços oferecidos: 60% responderam ser bons, não sabendo identificar os serviços oferecidos, 30% demonstraram não ter interesse com relação aos serviços por considerá-los, rotineiros, sendo que 10% consideram ser importante, destacando o serviço de informação e orientação repassado para a comunidade.

“(...) As coisas que eles fazem ai é boa, mas os serviços mermo que eu sei que tem é esses cursos (...)” (U10)

“(...) Todos os serviços são importantes porque dá informação, eu considero um ponto de orientação tudo que nos que sabe, nos vamos lá. (...)” (U7)

Esses resultados exprimem o quanto a população é carente de informação com relação aos serviços oferecidos neste espaço, decorrente do baixo grau de escolaridade dos mesmos, e pela falta de comprometimento por parte dos profissionais em divulgar melhor os serviços assistenciais. Se restringindo os serviços segundo os usuários a cursos profissionalizantes, palestras, grupos de convivência para idoso, e informações obtidas quando se vai até este equipamento.

Sendo ainda interessante ressaltar que de acordo com o Código de Ética do Assistente Social, é dever do mesmo garantir plena informação, democratizar informações e acesso aos programas disponíveis e fornecer informações com relação aos serviços desenvolvidos.

Sobre o seu bairro, considera-o uma área de vulnerabilidade e risco social e como o CRAS tem contribuído para superar está situação: 70% responderem não, 30% ressaltou que sim, contribuindo por meio de palestras e cursos.

“(...) Não, hoje todo mundo tem uma televisão, transporte, acabou a violência graças ao Honda (...)” (U14).

“(...) Sim, tem uns que tem uma condiçõzinha, outros não tem, mais aqui ninguém faz nada pra acabar com a pobreza (...)” (U1)

De acordo com a NOB-SUAS o CRAS deve ser implantado em território com um número elevado de famílias que recebem mensalmente até ½ salário mínimo, tendo em vista que as vulnerabilidades sociais podem ser acirradas por conta do empobrecimento das famílias. Sendo estes territórios com uma concentração enorme de famílias pobres, os mais vulneráveis, desprovidos de serviços, o que requer maior atenção por parte do estado. Ainda segundo a NOB-SUAS, o CRAS deve prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Fica evidente neste item que antes da implantação do CRAS1 nesta comunidade, deveria ter sido realizado um estudo social, no intuito de averiguar se a área de territorialização é de fato uma área que concentra situações de vulnerabilidade e risco social.

Sobre o seu direito ao procurar esta instituição foi assegurado: 80% indagaram que sim, 20% responderam que não.

“(...)Sim, pois participei dos cursos, e fui atendida bem pela psicóloga(...)” (U8)

“(...)Assim, as veis quando eu vou lá, eles me respeita (...)” (U3)

“(...)Sim, para participar dos cursos eles deixaram eu ir. Na verdade é eles que vem atrás de nós (...)” (U4)

“(...) Tive não, só fui lá uma vez pide uma passagem, pro meu mínimo e trabaiar fora, e elas desse que é com a primeira Dana, e pediu pra eu esperar a resposta e nunca me disserem nada, nunca mais eu vou (...)” (U15)

Neste ponto é visível que a política de assistência social está sendo prestada a quem dela necessita, pois a maioria dos usuários afirmou que ao precisar de algum serviço da proteção social básica teve o seu direito assegurado. No entanto por meio das falas dos usuários que relatam não ter tido os seus direitos assegurados neste espaço sócio-ocupacional, é perceptível o uso da assistência social por parte dos gestores, como meio de se promover politicamente e como estratégia de diminuir os investimentos para o social.

Referente ao espaço físico do CRAS, o mesmo é satisfatório e acolhedor para atender as famílias: 70% responderam que sim, tendo suporte para atender todas as famílias e 30% afirmaram que não, enfatizando a melhoria do espaço com a término de uma obra inacabada, que seria a quadra.

“(...) Da sim, para acolher todos, é mei grande (...)” (U1)

“(...) Não da pra ficar todo mundo não, mas se terminasse a quadra seria mior, por que é mais ventilado (...)” (U6)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009), o espaço físico se constitui como fator bastante importante para a identificação do CRAS, devendo ter uma infra-estrutura e ambientes adequados para ofertar serviços socioassistenciais de proteção social básica. Devendo ter espaço que proporcione o desenvolvimento das ações previstas pelo programa de Atenção Integral às Famílias. O espaço físico deve ser organizado, para que as famílias, o reconheça como espaço público, que oportuniza o acesso a direitos, não devendo o mesmo ser implantado em instalações inadequadas e improvisadas.

O espaço físico do CRAS 1 de Brejo Santo-CE funciona em um prédio adaptado, onde antes funcionava uma fábrica, que durante muito tempo permaneceu com seus ambientes sem ventilação, nem conforto para atender as famílias, mas que diante da Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais, o mesmo procurou se adequar a novas exigências. Passando por uma grande reforma, e tornando os seus ambientes acessíveis para as pessoas portadores de deficiência. Que diante desta mudança, proporcionou um ambiente mais acolhedor para atender às famílias, demonstrado através da análise, onde a maioria considerou apto para receber a todos.

Quanto aos profissionais eles repassam os serviços como um direito ou favor; 50% relatam que os serviços oferecidos são dádivas da bondade do prefeito, 40% afirmam que a

equipe sempre repassa que os serviços ofertados nesta instituição é direito do cidadão, 10% responderam não ter conhecimento, por que jamais foi repassada está informação.

“(...) Eles diz que é um direito nosso, mais sempre que vem alguma coisa pra comunidade, eles diz ta vendo como nosso prefeito é bom”’. (U10)

“(...) Não repassa nem de um nem de outro, mais eu sei que não é obrigação deles dá nada a nois não”’. (U5)

É nítido por meio das falas que a maior parte dos entrevistados afirma a assistência social não é reconhecida com um direito de cidadania.

Pois se utilizam do CRAS1 de Brejo Santo-CE para apresentar a população os serviços da proteção social básica como um favor, ofertado pelos órgãos públicos, sendo na verdade uma manobra eleitoreira. Apesar de todos os avanços que se fizeram presente na política de assistência social, tornando-a um direito do cidadão e um dever do estado, ainda muito presente as formas de ajuda e caridade para com os pobres. Concordando com Couto (2010), é necessário um comprometimento maior por parte dos profissionais no intuito de romper com a noção do direito enquanto favor ou ajuda emergencial sem nenhuma regularidade, rompendo ainda com a idéia de que a assistência social se mantém com recursos residuais de investimentos públicos, fazendo com que os serviços sejam pobres para os pobres, rompendo também com a forma de usar os recursos sociais de forma clientelista.

No que diz respeito aos cursos ofertados pelo CRAS1 como forma de desenvolver potencialidades, está de acordo com suas necessidades, e tem contribuído de alguma forma para a emancipação social e autonomia das famílias: 80% responderam que sim, enfatizando que os cursos permitem uma profissionalização capaz de colaborar para que os mesmos adentrem no mercado de trabalho, já 20% responderam que não.

“(...) Sim, pois aprendi a corta cabelo e hoje trabalho em casa, e ainda dá pra ajuda meu marido nas despesas”’. (U2)

“(...) Assim as veis não é o que nois queria, mas nois vai assim mermo, mais nunca trabalhei com as coisas que eu aprendi não, por que quem é que vai compra coisas feitas de garrafas e papelão”’. (U10)

Neste item a maior parte dos entrevistados afirmaram que os cursos oferecidos pelo CRAS 1 de Brejo Santo-CE, contribui para a melhoria de vida da comunidade, por

profissionalizar as famílias usuárias da política de assistência social, proporcionando uma oportunidade dos mesmos adentrarem no mercado de trabalho, fazendo com que a renda familiar seja aumentada. Todos os cursos oferecidos neste espaço são custeados pela Secretaria de Assistência Social tendo como parceiros instituições públicas e privadas no intuito de oferecer melhor qualidade.

É interessante levar em consideração as falas dos usuários que afirmaram que os cursos não estavam de acordo com suas necessidades, em virtude da oferta não estarem de acordo com suas especialidades, apesar de haver plebiscito para a escolha do curso, onde os usuários expressam os seus desejos, que nem sempre são realizados, tendo em vista o orçamento que é destinado a este serviço serem baixos, ocasionando muitas vezes o desinteresse por parte das famílias em participar, e por vezes não possibilita a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, comprometendo as ações realizadas, tendo em vista o que é proposto pelo PAIF, que é promover a emancipação e a autonomia das famílias.

Sobre a equipe do CRAS, a mesma informa quais são os seus direitos enquanto usuário, e realiza acompanhamento com as famílias; 20% afirmaram que sim a equipe busca orientar os usuários com relação aos seus direitos, sendo que 80% responderam que não. Sendo unânimes as respostas com relação ao acompanhamento familiar que relatam não existir.

“(...) Eles diz as veis que nois tem direito, mas não acompanha ninguém lá de casa não, eu só vejo eles quando vou lá, eles nunca fizeram uma visita, nem quando to doente”. (U11)

Segundo o MDS em sua Cartilha de Orientação Técnica do Centro de Referência de Assistência Social (2009), são direitos das famílias usuárias conhecerem o nome do profissional que o atende, à escuta, à informação, à defesa, o encaminhamento devendo ser por escrito e ter o nome da instituição e do profissional de forma clara, deve haver locais adequados para atendê-lo, sendo resguardado a sua integridade; receber informações de como manifestar seus direitos; ter sua privacidade preservada deste que não acarrete risco para outros pessoas; respeitando sua história de vida e sua singularidade; podendo ainda expor sua opinião com relação aos serviços recebidos; ter acesso ao registro dos dados caso solicite e ter o direito de participação nas Conferencias Municipais, Estaduais e Nacionais de Assistência Social.

Conforme os dados colhidos o que ficou exposto é a falta de conhecimento dos usuários com relação aos seus direitos, em decorrência da falta de interesse dos mesmos, e da

falta de comprometimento do profissional de Serviço Social do Centro de Referência de Assistência Social em fazer de sua prática um exercício diário na promoção social dos indivíduos, acolhendo-os, orientando-os e informando sobre seus direitos. Sendo perceptível através das falas a ineficiência na atuação do profissional com relação a divulgação dos direitos dos usuários e na efetivação da Política Nacional de Assistência Social ,que prioriza a matricialidade sócio-familiar, sendo foco central da proteção social.

Os problemas existentes na sociedade como se sabe eram tratados individualmente, e não se buscava compreender os determinantes que ocasionaram uma determinada situação. A partir da Constituição Federal de 1988 houve reconhecimento da família como sendo a base de toda sociedade, sendo a mesma protegida pelo Estado, possibilitando a superação da focalização, não atendendo mais por segmento, de forma fragmentada e sim de maneira universal.

Com os avanços das políticas sociais brasileiras isso se tornou mais visível, em especial com a PNAS onde a família torna-se alvo, possibilitando a superação da focalização no âmbito desta política, buscando prevenir, proteger, promover e incluir seus membros. Concordando com Couto (2010) “Conhecer as famílias, suas formas de resistência e sua capacidade de enfrentamento da mazelas a que estão expostas, deu um novo sentido ao trabalho direto com os usuários”.

No CRAS 1 de Brejo Santo-CE conforme as falas dos usuários da área de territorialização, não existe acompanhamento familiar. Os usuários são atendidos de acordo com a faixa etária, sendo separado por grupos, dificultando o trabalho social, pois não permite identificar como os problemas refletem no seio familiar, nem as formas de como superá-los. Pois é de fundamental importância compreender as famílias com suas singularidades, como forma de buscar estratégias de superação para as situações de vulnerabilidades sociais.

O que está acontecendo nesta instituição é um grande equívoco, pois particulariza uma determinada família como um único universo, não atingindo os objetivos da proteção social básica, em especial o PAIF sendo o principal programa que deve ser executado neste espaço, e tem como ação primordial o acompanhamento sócio-familiar.

Ao perguntar sobre encaminhamentos para outras políticas públicas; 60% responderam que sim, pois quando não é possível resolver os casos neste espaço, encaminha para outras instituições, 40 % responderam que não.

“(...) Eles já mandaro eu pra Oto lugar, mais num resolveu nada não, foi mermo que nada”.(U 3)

“(...) Já sim, pois sempre eu vou pra psicóloga, mais como lá num tinha mandaro eu pro amai”. (U10)

“(...) A sorte foi eles porque se num fosse, eu nunca tinha conseguido o aparei do ovido”. (U6)

Apesar da maioria ter relatado que é realizados encaminhamentos para outras políticas públicas, ao serem entrevistados confidenciaram a burocracia para atendê-los por conta dos encaminhamentos não serem de forma clara. Outro fator evidenciado durante a conversa foi a questão da contra-referência, pois o encaminhamento é realizado, e o atendimento se restringe a este procedimento, não procurando saber o andamento dos fatos, nem tampouco saber se foi solucionado ou não.

É notável que o Centro de Referência de Assistência Social, pode sim ser um mecanismo viabilizador para outras políticas, porém é necessário melhorias nos seus atendimentos, como também uma melhor capacitação para a equipe técnica, pois o profissional precisa ser habilitado teoricamente e tecnicamente, procurando sempre manter-se atualizado, buscando conhecimento não só da política a qual está inserido, como das demais políticas públicas no sentido de dar mais sustentabilidade nas suas ações, pois um profissional conhecedor é capaz de encaminhar os seus usuários de acordo com cada caso, para a instituição adequada.

Ao se tratar dos serviços oferecidos pelo CRAS, condiz com o que é proposto pelo PAIF: 30% responderam que sim, 40% afirmaram que não, e 30% não souberam responder. Por meio das respostas obtidas neste item verificou-se a ausência de conhecimento com relação ao PAIF, apesar de já terem sido informados inicialmente do que se tratava. Mais uma vez foi dito que o mesmo é um programa que reconhece à família e tem como objetivo fortalecer a convivência familiar e comunitária, prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, promovendo aquisições materiais no sentido de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias. E diante do exposto relataram não ter conhecimento sobre essas ações.

“(...) Oxé, se aqui tivesse tudo isso nois tava era no céu.” (U15)

Os serviços oferecidos no CRAS 1 de Brejo Santo-CE, que deveria proporcionar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, está se restringindo segundo a percepção dos usuários a cursos que visa profissionalizar as famílias, que participam mas não conseguem visualizar os objetivos, e sobretudo os benefícios que essa determinada

intervenção pode proporcionar. É interessante que se busque promover uma melhor divulgação com relação aos serviços prestados neste espaço, para que de fato as ações possam contribuir para a melhoria de vida da população usuária. Pois o Estado que tem o dever de prestar a assistência para os necessitados, se eximir dessa responsabilidade, ao passo que insiste em permanecer com caráter de política assistencialista e sobre tudo partidária.

Diante do exposto, a população usuária da política de assistência social precisa ser informada sobre os serviços, e os seus direitos para diferenciar a assistência de assistencialismo, e de fato superar a visão equivocada de se ver a assistência como ajuda.

Sugere a partir desses dados um comprometimento maior por parte dos executores desta política, em definir melhor as ações prestadas neste espaço sócio ocupacional, e analisar se as mesmas estão causando o impacto esperado para os usuários. O que se espera a partir deste estudo é fornecer subsídios suficientes com relação a percepção dos usuários sobre os serviços ofertados pela proteção social básica, no intuito de promover uma reflexão para os profissionais de Serviço Social, e estudantes com relações a efetividade das ações realizadas no CRAS 1 de Brejo Santo-CE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo, evidenciou-se um processo de grande transformação para a assistência social, em especial com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social que definiu a assistência como uma política de proteção social, voltada para os cidadãos que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social, atendendo suas necessidades como dever do estado e direito do cidadão, sem nenhuma contribuição. Sendo consolidada através da NOB-SUAS, onde a atenção maior está voltada para a família, com o objetivo de fortalecer os seus vínculos familiares e comunitários, ofertando serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica, ofertada prioritariamente no CRAS.

É diante destes avanços que se fez necessário, este estudo com o propósito de analisar as ações ofertadas pelo CRAS1 de Brejo Santo-CE, segundo a percepção dos seus usuários. Evidenciando que as ações desenvolvidas neste espaço não condizem com o que é proposto pela PNAS, no que diz respeito à prevenção de risco e vulnerabilidade social, por diversos fatores, como a ausência de conhecimento dos usuários com relação ao CRAS, devido ao baixo grau de escolaridade, e a falta de comprometimento por parte dos executores desta política em divulgar este equipamento, desconhecendo sua área como sendo de vulnerabilidade social, ocasionando a baixa demanda para esta instituição, e não conseguem identificar na sua maioria as ações ofertadas, restringindo-as a cursos profissionalizantes que acaba por excluir grande parte da comunidade, em virtude dos poucos recursos, não possibilitando atender a todos.

Constatou-se na pesquisa que diante da ausência de conhecimento com relação aos seus direitos, os usuários visualizam os serviços como favor e não como direito, disseminado pelos gestores que insiste em permanecer com caráter de política assistencialista, em virtude de estratégias eleitoreiras, e o assistente social neste espaço contribuiu com a manutenção dessa ordem, tendo em vista a precarização das relações de trabalho.

Outro ponto detectado na análise, é a falta de comprometimento em repassar para os usuários os seus direitos e as formas de como exercê-los, comprometendo o alcance da cidadania. Ainda foi possível perceber que a família é trabalhada de forma fragmentada, atendida em grupos, de acordo com a faixa etária de cada um, prejudicando o trabalho social por não permitir identificar como os problemas refletem no seio familiar, nem as formas de como superá-los.

Comprovou-se a dificuldade de continuidade das ações em virtude dos encaminhamentos para as demais políticas públicas, onde não se tem as contra-referências,

pois o atendimento se restringi a este procedimento, que muitas vezes não é satisfatório, diante do pouco conhecimento dos profissionais com relação a rede sócio-assistencial e setorial presente no seu município.

São detectadas varias falhas neste espaço, o que vem comprometer o seu objetivo que é prevenir situações de risco e vulnerabilidade social. Sendo importante destacar que diante da atual conjuntura que se apresenta, afetando as políticas sociais, em especial a da assistência social, isso compromete as ações desenvolvidas pelo o CRAS1 de Brejo Santo-CE. Saliendo que apesar da falta de conhecimento dos usuários, os mesmos conseguem identificar este equipamento como uma conquista para a sua comunidade. Com isso sugere-se um maior comprometimento por parte dos gestores e profissionais em divulgar melhor as ações para que possa proporcionar de fato uma melhoria de vida para a comunidade.

Isso se tornaria possível a partir do momento que o estado destinasse para a área social uma quantidade maior de recursos, e se comprometesse em divulgar a política de assistência social com todos os seus programas, projetos, benefícios e serviços para que os usuários pudessem diferenciar a assistência de assistencialismo. Se faz necessário também que a categoria de profissionais de Serviços Social, visualizem os limites impostos dentro desta instituição, as correlações de forças, o contexto o qual esta inserido, fazendo o uso de sua instrumentalidade para atender as demandas e concretizar os objetivos profissionais, não sendo o mero executor de políticas publicas, mas um profissional propositor em busca da efetivação dos direitos do seus usuários.

O que se espera a partir deste estudo não é a finalização acerca do assunto abordado, mas sim fornecer subsídios suficientes para analisar as ações ofertadas pelo CRAS1, e elevar a criticidade de profissionais, estudante o usuários que mostram ter interesse de ver a efetividade das ações da proteção social básica, dentro do Centro de Referencia de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/imagens/arquivos/a-politica-social>. Acesso em 14-02-2011

CARNEIRO, C. B. L. Texto concepções sobre a pobreza e alguns desafios para a intervenção social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 84, Ano XXVI, Nov. de 2005.

BATTINE, Odaria. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Curitiba: Veras, 2007.

BEHRING, Elaine Rosetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social)

BRASIL. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Brasília, 2007. Disponível em: www.mte.gov.br/observatorio/2009_textov1.pdf. Acesso em: 20/05/2011

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1998)**. Brasília, DF: Senado, 2006.

_____. **Orientações Técnicas: centro de Referência de Assistência Social- CRAS/ Ministério do desenvolvimento e combate á fome**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e combate á fome, 2009.

_____. **SUAS. Manual informativo para jornalistas, gestores e técnicos suas**. Sistema único de assistência social.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais: na política de assistência social/Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Brasília: CFESS, 2009.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos**. na política de assistência social. Brasília: CFESS, 2007.

_____. Centro de Referência da Assistência Social. **Assistente social – Sistema único I – Ministério do desenvolvimento e combate a fome II – Secretaria nacional de assistência social III**.

_____. **Um lugar de (re) fazer histórias**. Ano 1, n. 1, Brasília: MDS, 2007. (ISSN: 1982-4734)

_____. **PNAS- Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), 15 anos garantindo cidadania**. Brasília: Câmara dos deputados, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CNAS). **Tipificação nacional de serviço socioassistenciais. Texto da resolução n. 109, de 11 de Novembro de 2009**. Brasília: CNAS, 2009.

COUTO, Berenice Rojas, et al. **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: **Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo III, Brasília: CEAD/CFESS/ABEPSS, 2000.

_____. **O que é política social.** São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção primeiros passos) p. 168

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Helena. Disponível em:<http://www.follows/sciente.com/article/lifestyle/oservicosocial-surgimento-e-bases-norteadoras-517>. Enviado 17-07-2010. Acesso em: 02-03-2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MANN, Peter. **Métodos de investigação sociológica.** Rio de Janeiro, 1976.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 2. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitrc- Abrasco, 1992. P. 105-106

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social: ensaios sobre o estado, política e sociedade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHÓNS, Selma Maria. **Assistente social entre a ordem e a “des-ordem”.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso do direito do serviço social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social, v. 3)

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise,** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A política social brasileira nos anos 90**: refilantropização da questão social. São Paulo: Cortez, 1995.

APÊNDICE

ENTREVISTA- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1ª O que é o CRAS-PAIF e qual sua importância para esta comunidade?

2ª O CRAS deve assegurar as condições necessárias para que as atividades sejam desenvolvidas em potencial. Como usuário, qual a sua percepção sobre os serviços oferecidos?

3ª Você considera o seu bairro, uma área de vulnerabilidade e risco social? O CRAS contribuiu para superar estas situações?

4ª Ao procurar esta instituição, você teve o seu direito assegurado?

5ª O espaço físico do CRAS é satisfatório e acolhedor para atender as famílias?

6ª Os profissionais que atuam nesse espaço, repassam os serviços como um direito ou favor?

7ª Os cursos ofertados pelo o CRAS como forma de desenvolver potencialidades, está de acordo com suas necessidades, e tem contribuído de alguma forma para a emancipação social e autonomia das famílias?

8ª A equipe do CRAS, informa quais são os direitos dos usuários, e realiza acompanhamento com as famílias?

9ª Já houve encaminhamento para outras políticas publicas?

10ª De acordo com sua análise, os serviços ofertados pelo o CRAS 1 de brejo santo-ce, condiz com o que é proposto pelo o PAIF?
